



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

AMANDA DA SILVA DE OLIVEIRA

**INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A
ESPACIALIZAÇÃO DA FOME NO SEMIÁRIDO**

DELMIRO GOUVEIA-AL

2022

AMANDA DA SILVA DE OLIVEIRA

**INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A
ESPACIALIZAÇÃO DA FOME NO SEMIÁRIDO**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Curso de Geografia
Licenciatura da Universidade Federal de
Alagoas, Campus do Sertão, como requisito
para a obtenção do título de Graduada em
Geografia – Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Gama Lima

DELMIRO GOUVEIA/AL

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

O48i Oliveira, Amanda da Silva de

Insegurança alimentar no Brasil: um estudo sobre a espacialização da fome no semiárido / Amanda da Silva de Oliveira. - 2022.

60 f. : il.

Orientação: Lucas Gama Lima.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Territorialização. 2. Insegurança alimentar. 3. Insegurança nutricional. 4. Fome. 5. Semiárido. 6. Brasil. I. Lima, Lucas Gama. II. Título.

CDU: 911.3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): **Amanda da Silva de Oliveira**

“Insegurança alimentar no Brasil: um estudo sobre a espacialização da fome no semiárido” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL / Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 28 de julho de 2022.

Banca Examinadora:

(Prof. Dr. Lucas Gama Lima – UFAL /Campus do Sertão)
(Orientador(a))

(Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos - UFAL /IGDEMA)
(1ª Examinador(a))

(Profa. Dra. Thatiana Regina Fávaro – UFAL/FANUT)
(2ª Examinador(a))

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família e amigos pelo suporte e por sempre me encorajar a dar o melhor de mim a cada momento.

Em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Lucas Gama, por todo o suporte e orientação para a concretização deste trabalho, e pelos incentivos e apoio nas produções acadêmicas.

Aos professores do curso de geografia da UFAL Campus Sertão, por todo o aprendizado, dedicação e conhecimento durante a minha jornada acadêmica. À banca examinadora por fazerem parte desse momento tão esperado: professoras Dr^a Cirlene Jeane Santos e Santos e Dr^a Thatiana Regina Fávaro.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR) e ao Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (OBELUTTE) pelo conhecimento, experiências vivenciadas e o contato com a pesquisa e extensão na universidade.

À Equipe de Investigação em Geografia da Saúde da Universidade de Coimbra pelo acolhimento e aprendizado, durante todo meu período de mobilidade acadêmica.

RESUMO

A insegurança alimentar no Brasil vem atingindo patamares enormes, afetando principalmente a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a espacialização da insegurança alimentar e nutricional no Brasil, sobretudo, na região que abrange o semiárido, identificando as determinações socioeconômicas e as consequências territoriais. Este escrito trata-se de um estudo de caráter qualitativo, no qual foi utilizado, como um dos procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica de autores e autoras que abordam a temática em questão. Além disso, a pesquisa contou com análises de dados secundários, obtidos através de plataformas de acesso público. No final desta investigação, evidenciamos o aumento expressivo de famintos no território brasileiro, além do retrocesso de políticas de combate à fome, insegurança alimentar e convivência com o semiárido no país.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Fome; Formação Territorial; Semiárido.

ABSTRACT

Food insecurity in Brazil has reached enormous levels, mainly affecting the population in a situation of socioeconomic vulnerability. In this bias, the present work aims to analyze the spatialization of food and nutritional insecurity in Brazil, especially in the region that covers the semi-arid region, identifying the socioeconomic determinations and the territorial consequences. This writing is about a study of qualitative bias, in which were used, as methodological procedures, the bibliographic review of authors that approach the subject in question. In addition, the research included analyzes of secondary data, obtained through publicly accessible platforms. At the end of this investigation, we evidenced the expressive increase of hungry people in the Brazilian territory, in addition to the regression of policies to combat hunger, food insecurity and coexistence with the semi-arid region in the country.

Keywords: Food Insecurity; Hungry; Territorial Formation; Semi-arid.

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Localização do Semiárido Brasileiro (2021)	2
MAPA 02 – Distribuição de Insegurança Alimentar por Macrorregião Brasileira 2022 (%)...25	
MAPA 03: Níveis de Insegurança Alimentar, Segundo o Grau de Segurança Hídrica por Macrorregiões Brasileiras 2022 (%)	35
MAPA04 – Níveis de Insegurança Alimentar por Macrorregião Brasileira 2022 (%)	36

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar no Brasil (2004 – 2022)	23
GRÁFICO 2 – Número de Benefícios Entregues pelo Programa de Cisternas (2012 – 2020).	34
GRÁFICO 3 – Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2012 – 2020	38

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Diagrama da Insegurança Alimentar e Nutricional	21
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura

OMS - Organização Mundial de Saúde

CNA - Comissão Nacional de Alimentação

INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

PLASAN – Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

MESA - Ministério da Segurança Alimentar e Combate à Fome

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. A FOME NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO.....	5
1.1 Perspectivas sobre a fome no período colonial brasileiro	5
1.2 Territorialização do Semiárido brasileiro: Fome, secas e migrações.....	8
1.2.1 A pecuária no processo de ocupação do semiárido brasileiro.....	8
1.2.2 As secas.....	9
1.3 Combate à seca: políticas tradicionais, DNOCS e Frentes de Emergência.....	11
2. FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.....	16
2.1 A fome.....	16
2.2 Capital mundializado: o alimento como mercadoria.....	17
2.3 Insegurança Alimentar no Brasil	20
2.3.1 Insegurança Alimentar no Brasil e a Covid-19.....	22
2.3.2 Fome e obesidade: duas faces do mesmo problema.....	26
2.4 Análise de Políticas de Combate à Fome e a Insegurança Alimentar no Brasil.....	27
2.5 Insegurança Alimentar no Semiárido Brasileiro.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar e nutricional é um problema que atinge milhares de pessoas em todo o mundo, especialmente, nos países periféricos. No Brasil, a discussão sobre a volta acentuada da fome vem ganhando repercussão nas mídias sociais, uma vez que o grande aumento dos preços dos alimentos vem impossibilitando muitas famílias a não terem acesso aos mesmos, acarretando o que chamamos de insegurança alimentar severa ou fome (LIMA, 2020).

Nesta pesquisa, dialogaremos com a perspectiva geográfica da formação territorial, partindo da premissa da análise e compreensão territorial do semiárido brasileiro a partir do ponto de vista histórico.

Sobre o processo de formação territorial, Moraes (2002, p.58) elucida:

Assim, enquanto a valorização do espaço aparece como horizonte teórico genérico de indagação, a formação territorial desenha-se como objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico. Uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas. Do ângulo epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território. (MORAES, 2002, p.45).

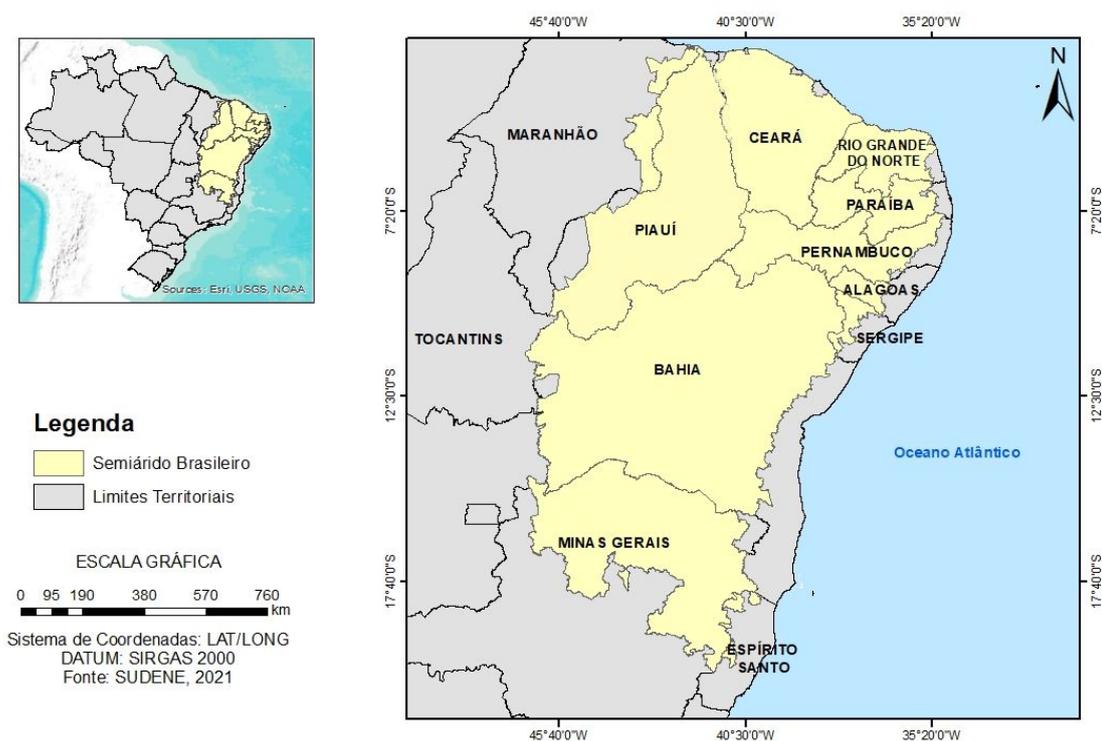
Considerando essa assertiva, buscaremos através da formação territorial perceber como o território em questão foi construído no decorrer do tempo. A valorização do espaço consiste na apropriação dos espaços considerados naturais para criação de espaços sociais, ocasionando o processo de produção espacial por meio das transformações no mesmo. A formação territorial busca compreender a valorização do espaço enquanto movimento histórico e contínuo.

A motivação de realização desta pesquisa surgiu do interesse em compreender o crescimento do fenômeno da insegurança alimentar na região semiárida brasileira. É importante mencionar que o processo de formação territorial do semiárido brasileiro foi marcado por quadros de secas e desigualdades sociais que, por sua vez, provocaram fome e miséria à população residente. No atual contexto, é visível a situação de desespero de muitas famílias para conseguir alimentos, imagens de multidões de indivíduos disputando alimentos em preços promocionais nos supermercados e a venda de ossadas de animais pelos açougues e frigoríficos tornaram-se cada dia mais frequentes, sendo exemplos do mercado da miséria a que muitas pessoas são submetidas para não passarem fome.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a espacialização da insegurança alimentar e nutricional no Brasil, sobretudo, na região que abrange o semiárido, identificando as determinações socioeconômicas e as consequências territoriais. Este escrito trata-se de um estudo de caráter qualitativo, que tem como objeto de estudo uma análise do semiárido brasileiro.

O semiárido brasileiro está localizado no interior da macrorregião Nordeste do Brasil, também abrangendo uma parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, situados no Sudeste do país, como podemos ver no Mapa 01. Dessa maneira, englobam o território do semiárido brasileiro os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Assim, o semiárido é formado por 1427 municípios brasileiros (SUDENE, 2021).

Mapa 01: Localização do Semiárido Brasileiro (2021)



Fonte: SUDENE, 2021.

Organização: Amanda Oliveira, 2022

A delimitação do semiárido brasileiro é realizada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Desse modo, a divisão territorial da área referente ao semiárido leva em consideração uma série de critérios para serem definidos como tal, alguns

desses parâmetros estão atrelados às condições climáticas, níveis de precipitação, hidrografia, bioma, vegetação, dentre outras. A última atualização da delimitação do semiárido foi realizada no ano de 2021. Em relação a população, estima-se que o semiárido possui cerca de 27.830.765 de residentes (SUDENE, 2021).

No que concerne às características socioeconômicas do semiárido, Sudene (2021, p.9) aponta que:

Mais da metade (59,1%) dos brasileiros em situação de extrema pobreza estão no Nordeste. Destes, mais da metade (52,5%) vivem em áreas rurais da região. Em relação à faixa etária, quatro em cada 10 pessoas extremamente pobres têm entre 0 e 14 anos (IBGE, 2010). Em 60,1% dos municípios do Semiárido com mais de nove milhões de habitantes, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração indicadores de longevidade, educação e renda, varia de Muito Baixo a Baixo, sendo que todos os municípios do Semiárido apresentam IDHM inferior ao do Brasil (0,727). O índice de Gini, que mede o nível de desigualdade a partir da renda, está acima de 0,60 para mais de 32% dos municípios do Semiárido, demonstrativo de uma elevada concentração da renda na região.

Para a concretização desta pesquisa, foi utilizado, como um dos procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica de textos que abordam a temática em questão, principalmente sobre a segurança alimentar e nutricional e a geografia da fome no Brasil, por meio do arcabouço teórico de autores e autoras como Castro (1984), Andrade (2004), Esteve (2017), Belik (2012), Lima (2020), dentre outros. Além disso, foi realizada a análise de dados secundários, obtidos através de plataformas de acesso público do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

O presente escrito está dividido em dois capítulos, no primeiro são feitas considerações sobre a fome no processo de formação do território do semiárido brasileiro, tendo em vista a insegurança alimentar no período colonial, transferência da atividade pecuária para o semiárido e o fenômeno das secas e suas consequências no território. Em um segundo momento, será tratado sobre o paradigma do combate à seca, tal como as políticas tradicionais, DNOCS e as Frentes de Emergência do semiárido.

No segundo capítulo, será versado acerca da fome e da insegurança alimentar no Brasil e na região semiárida, *a priori* discutiremos o conceito de fome, seguida de uma análise do processo de mundialização do capital e a sua relação com a mercadorização dos alimentos. A

posteriori, será explanado sobre a insegurança alimentar no Brasil, com a apresentação de dados e discussões sobre o histórico de políticas de combate à fome e insegurança alimentar no país, por fim, será realizada uma análise da insegurança alimentar no semiárido brasileiro.

Espera-se que esta investigação possa contribuir no campo da geografia e nos estudos sobre o semiárido, sendo um contributo de mais um trabalho nas discussões que abordam sobre a temática da fome e insegurança alimentar no Brasil.

1. A FOME NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

A partir dos estudos sobre a geografia da fome no Brasil, foi perceptível analisar a presença de traços de calamidade social e insegurança alimentar na formação territorial brasileira desde o período colonial, sendo evidenciado pelo modelo econômico instaurado. No semiárido brasileiro, o problema da fome se tornou caótico por diferentes fatores no decorrer da sua história territorial.

Neste primeiro capítulo serão apresentadas considerações sobre a história da fome no Brasil, sobretudo, no território que abrange o semiárido do país. Além disso, abordaremos assuntos relacionados às secas e às migrações, decorrentes da pobreza e da fome no semiárido. Por fim, serão apresentadas algumas políticas e ações intervencionistas de combate à seca e a fome no semiárido.

1.1 Perspectivas sobre a fome no período colonial brasileiro

Em primeiro lugar, é relevante observar que o problema da fome não é considerado novo na sociedade, este flagelo percorre a humanidade no decorrer da história e as suas causas podem ser diversas, tais como: guerras, desastres naturais, secas, pobreza, além da organização desigual das sociedades. Tendo em vista isto, é notório que a subnutrição acarretada muitas vezes pela fome pode gerar doenças aos seres humanos, estas mazelas são conhecidas e comuns no mundo, porém as suas causas são ignoradas e ocultas na sociedade (CASTRO, 1984).

Castro (1984) em sua obra “Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço” aponta observações riquíssimas sobre a espacialização da fome no decorrer da formação histórica brasileira, essas considerações nos levam a analisar a presença de uma subalimentação endêmica existente no início da colonização portuguesa no Brasil. Os traços da fome no período colonial possuem origens na formação econômica brasileira, onde o poder e a riqueza estavam concentrados nas mãos de poucas pessoas e a atividade econômica baseava-se no mercado de exportação e na monocultura.

Segundo Silva e Sá (2009), no início da colonização brasileira existiam dois níveis de alimentação, a dos europeus e a das pessoas pobres. Os alimentos consumidos pela população europeia eram bastante diversificados e nutritivos, diferentemente do grupo de indivíduos mais pobres, que além de terem tido uma alimentação limitada, foram forçados a abdicar da agricultura diversificada para a monocultura de produtos destinados à exportação.

Com o aumento da imigração de portugueses para o território brasileiro, uma das primeiras atividades econômicas implantada na colônia foi a monocultura da cana-de-açúcar no litoral da região Nordeste, isso resultou na criação de engenhos e demanda de mão de obra, que logo levou a escravização dos povos africanos e originários. Destarte, esse processo ocasionou resultados graves no que se refere à alimentação, uma vez que a escravidão teve como uma das suas consequências o crescimento populacional. Diante disto, a necessidade do aumento da produção de alimentos se tornou condição *sine qua non* para a subsistência de todos os indivíduos (ANDRADE, 2004).

Andrade (2004) aponta que, durante o processo de *plantation* tropical no Brasil, surgiu a demanda do crescimento na produção de bens alimentícios adaptáveis às condições climáticas da região, em razão do grande número de pessoas que precisavam ser alimentadas. Nesse ínterim, uma das ações portuguesas para o abastecimento alimentar no período colonial foi a importação de animais, árvores e demais fontes de produtos alimentícios de várias partes do mundo, como tentativa de suprir as necessidades da colônia.

Em contraste, analisamos a visão de Vasconcelos (2001), sobre a obra “Casa grande e Senzala” de Gilberto Freyre, onde é apontado alguns aspectos característicos dos modelos de consumo alimentar no período colonial. A primeira refere-se a um olhar etnográfico da culinária colonial, na qual é baseada na análise da formação da alimentação brasileira pelos diferentes povos presentes no território: indígenas, negros e europeus. Nesse sentido, o autor elucida os símbolos aplicados pelos colonizadores para a diferenciação da população, onde a “mandioca” alimento típico brasileiro era considerada um símbolo dos pobres, indígenas e escravos, sendo um alimento tido como pobre em nutrientes. Já a população europeia tinha como símbolo a “farinha de trigo”, onde era apontada como um alimento de elevado poder nutricional, em relação à mandioca (VASCONCELOS, 2001).

O segundo aspecto refere-se ao modelo econômico por meio da monocultura, como já abordado este modelo privou o acesso à alimentação de qualidade a população mais pobre, isto acabou por contribuir para um regime alimentar mais deficiente para população, pelo baixo valor nutricional. Além disso, é válido citar que as condições físicas e geográficas tiveram um contributo na formação do modelo e hábitos alimentares no Brasil (VASCONCELOS, 2001).

A partir de uma observação espacial, o início da colonização portuguesa no território brasileiro manteve-se na faixa que corresponde ao litoral. Contudo, a necessidade de exploração territorial e as dificuldades na logística de mantimentos básicos levaram a transferência da

pecuária para o interior das capitâneas hereditárias, através do processo de povoamento do interior do território brasileiro (SILVA; SÁ, 2009).

Um dos motivos da interiorização da pecuária apontados por Andrade (2004) foi a incompatibilidade da atividade de criação de animais com a agricultura, haja vista que a proximidade das duas atividades resultava em grandes destruições de lavouras pelos animais. Dessa forma, o governo vigente da época determinou o distanciamento da atividade pecuarista para o interior do território nordestino.

Para Silva e Sá (2009, p.47) “ao final do século XVII e início do século XVIII, houve 25 anos de fome no Brasil e outros dois terços de carestia e penúria”. Desse modo, as principais causas para este acontecimento estão principalmente ligadas ao sistema econômico implantado, que não permitia diversificação dos gêneros alimentícios, gerando crises no mercado interno, isto condicionava os agricultores a comercializar seus produtos em mercados mais lucrativos. Por outro lado, muitos agricultores não plantavam diversidades de alimentos para além da sua necessidade familiar, este fato está atrelado com as burocracias (impostos, custos, licenças, entre outros) exigidas pelo governo da época, que travaram e impossibilitaram os agricultores do plantio e da comercialização de seus produtos nos mercados locais, sendo estes alguns dos fatores vinculados à diminuição da produção alimentar no território brasileiro (SILVA; SÁ, 2009).

Por conseguinte, cabe mencionar que as condições naturais contribuíram para este processo, as questões climáticas, sobretudo no semiárido brasileiro acarretaram problemas como as secas, além das epidemias e doenças, que contribuíram para escassez de alimentos e crescimento da fome durante o período colonial (CASTRO, 1984).

Para Silva e Sá (2009, p.48) “as crises de subsistência no período colonial decorriam da própria estrutura produtiva colonial inscrita nas deficiências organizacionais do sistema agrário”. Neste caso, estas crises de subsistência possuíam ligações diretas com os problemas da fome, carestia e a falta de alimentos. A carestia foi um problema que se estendeu durante o período colonial no Brasil, as inflações de preços em produtos alimentícios básicos, como por exemplo, a mandioca, afetou diretamente a população mais pobre, os senhores de engenhos também foram atingidos pela alta dos preços, uma vez que a alimentação dos escravos era a base dos produtos que estavam comprometidos pelo preço inflacionário.

1.2 Territorialização do Semiárido brasileiro: Fome, secas e migrações

1.2.1 A pecuária no processo de ocupação do semiárido brasileiro

Como já mencionado, a interiorização da atividade pecuarista para o semiárido brasileiro teve como uma das principais motivações o afastamento dos animais da agricultura, haja vista as destruições de plantações e lavouras pelos animais. Segundo Andrade (2004), a ocupação holandesa no território brasileiro acelerou o processo de ocupação da região do semiárido, uma vez que foi impulsionada pela transferência da pecuária através do Rio São Francisco como via de acesso aos sertões. Carvalho (2015, p.121 e 122) explica que “o Rio São Francisco e seus afluentes cumpriram o papel de “estradas líquidas” de penetração”. Logo, é perceptível o aproveitamento da hidrografia do semiárido para a introdução da atividade pecuária pelos colonizadores no interior do nordeste brasileiro.

Em meados da década 1650, com a expulsão dos holandeses do território nacional, o povoamento no semiárido já se encontrava concretizado. Cabe mencionar, que durante o processo de instalação da pecuária ocorreram muitos conflitos entre colonizadores e pecuaristas contra os povos originários que residiam nos sertões, estes confrontos levaram a atrocidades, violência e expulsão dos indígenas dos seus territórios, tornando-os reserva de mão de obra escrava (ANDRADE, 2004).

Para Carvalho (2015), o modelo de pecuária implantado nos primeiros séculos no nordeste brasileiro pode ser caracterizado como primitivo, uma vez que não tinham conhecimentos importantes e básicos sobre cuidados com doenças, alimentação e reprodução dos animais. Isto acarretou que o crescimento da atividade ocorresse de forma tardia, além da falta de modernização no ramo pecuário, os fenômenos climáticos como as secas decorrentes do clima semiárido, contribuíram para o atraso no desenvolvimento da atividade.

Por outro lado, Sodré (1963) aponta dois motivos que foram considerados fundamentais para a expansão e rentabilidade da atividade pecuária no semiárido, são eles: a abundância de terras e a oferta de mão de obra escrava. Nesse viés, as grandes áreas de terras proporcionavam extensões de pastagens e condições favoráveis para a criação de gados, além da mão de obra escravizada dos povos de africanos e indígenas.

Com o desenvolvimento da pecuária nos sertões, outras atividades surgiram a partir da mesma, um exemplo foi o “ciclo do couro”, onde foram criados utensílios e acessórios para

diferentes usos, isto gerou muita demanda do setor no mercado de exportação. Também, a utilização dos carros-de-boi se tornou meio de transporte de mercadorias de percursos reduzidos e suporte de plantio nas atividades rurais (CARVALHO, 2015).

Outrossim, é importante relatar o crescimento da cultura do algodão no semiárido nos finais do século XVIII. O plantio do algodão nos sertões iniciou-se desde o começo da ocupação portuguesa na região semiárida, porém em pequenas proporções e sendo cultivado junto a outras culturas alimentícias. A expansão da atividade do algodão no semiárido teve decorrência da alta procura da matéria prima para o comércio, haja vista que no contexto global ocorria a Revolução Industrial na Europa, isto teve impacto direto na comercialização e exportação do algodão para indústria têxtil (MATTOS *et al*, 2020).

Na atividade algodoeira no semiárido, algumas espécies de algodão eram compatíveis e adaptadas às condições climáticas da região, além de estar associada à atividade pecuária, ou seja, as duas atividades se complementavam, uma vez que o gado contribuía nos processos de produção do algodão e vice-versa (ANDRADE, 2004). Uma das características da produção algodoeira era o uso da mão de obra escrava, os povos africanos e originários realizavam inicialmente o cultivo através da policultura, com a sua expansão o algodão passou a ser cultivado em grandes áreas (MATTOS *et al*, 2020).

1.2.2 As Secas

O fenômeno das secas do nordeste brasileiro é um assunto alvo de muitas discussões e debates levando em consideração seus episódios históricos. Desde o período da invasão portuguesa na região do semiárido nordestino, foram percebidos aspectos característicos das secas. Visto que já havia relatos das dificuldades sofridas pelos povos originários em se reproduzir na região mediante aos problemas trazidos pelas longas estiagens, como por exemplo, a escassez hídrica, a fome e as lutas e guerras travadas entre grupos diferentes e colonizadores (CAMPOS; STUART, 2001).

A *priori*, a ocupação portuguesa no semiárido teve atrasos devido às condições climáticas da região, uma vez que os colonizadores não possuíam conhecimentos sobre o clima, além de não conseguirem ver utilidades nas terras dos sertões, onde os solos eram considerados pouco férteis (ALVES, 1982).

Alves (1982, p.12 e 13) destaca que:

Os portugueses do primeiro século registraram as guerras entre as tribos e o nomadismo em que viviam, cujas causas não explicaram nos primeiros trabalhos aparecidos, mas a migração dos *quatro ou cinco mil índios* dos sertões de Pernambuco, de que fala Fernão Cardim ao registrar a seca de 1533, é uma comprovação de costume anterior, que mantinha, de descerem para o litoral, quando a seca se manifestava.

Logo, podemos constatar que os povos originários sertanejos já possuíam conhecimentos sobre as secas, este fato levou esta população a realizar migrações para as áreas litorâneas, devido às consequências trazidas pelo fenômeno climático. Portanto, a fome e a irregularidade das chuvas eram alguns dos problemas mais graves das secas.

Cabe destacar, que até meados do século XVIII antes da atividade pecuária ser totalmente transferida do litoral para os sertões, eram os indígenas que habitavam a faixa territorial do semiárido brasileiro, isso explica a percepção e a experiência dos povos originários sobre as condições climáticas do semiárido (LIMA; MAGALHÃES, 2018).

O semiárido brasileiro foi palco de muitas lutas e confrontos entre povos originários e colonizadores, nos quais diversas etnias indígenas foram obrigadas a deixar seus territórios para não serem vítimas das hostilidades e não serem escravizadas. Assim como os confrontos, o flagelo das secas acarretou penúria e sofrimento às populações sertanejas (ALVES, 1982).

Durante uma seca com duração de três anos, em 1777, Campos & Carvalho (2001, p.03) explicam que “Há quem estime que ‘morreram mais de 500.000 pessoas no Ceará e cercanias’. Mesmo considerando algum exagero da estimativa, devido ao choque causado pela situação, esse foi realmente um grande desastre”. Dessa forma, podemos perceber que as secas provocaram uma das maiores tragédias que já ocorreram no Brasil.

Uma das consequências das secas era o impedimento do crescimento demográfico na região do semiárido, haja vista que em períodos de secas severas havia grandes índices de mortalidade e migrações para as grandes capitais, como tentativa de fugir da situação de calamidade e fome dos sertões (LIMA; MAGALHÃES, 2018). As migrações dos famintos para os centros urbanos, em direção ao litoral, eram práticas comuns em períodos de seca, porém, infelizmente, muitos não obtiveram êxito (não conseguiam chegar até as cidades), e aos poucos que concluíam a jornada sofriam com as dificuldades presentes nas grandes áreas urbanas. (CASTRO, 1984).

De acordo com Campos e Carvalho (2001), o conceito de “seca social” está associado com às consequências das secas climatológicas tidas como naturais, além de outros tipos de

secas como a hídrica, ou seja, podem estar associados à “seca social” problemas como declínio econômico, pobreza, migrações e a fome que foram resultantes do flagelo das secas ocorridas no semiárido.

Segundo Castro (1984), o problema da fome no sertão nordestino se materializou no território de forma diferente das demais zonas do Brasil, ou seja, nas áreas litorâneas e centros urbanos a fome apareceu de maneira endêmica. Por outro lado, o tipo de fome presente no sertão era epidêmica, onde poderia constatar períodos de oferta de recursos básicos para reprodução sertaneja e momentos de completa escassez ocasionados pelas secas.

O flagelo da fome durante os períodos de seca extrema no sertão brasileiro afetava diretamente a saúde da população residente do semiárido, diante disso um dos mais sérios problemas acarretados pela fome no sertão foi a subnutrição e a desnutrição (CASTRO, 1984). Contudo, Stacciarini (1996) explica que desnutrição pode causar graves riscos de desenvolvimento de doenças, tais como anemia (ausência de ferro), avitaminoses (falta de vitaminas) e demais problemas físicos que envolvam a insuficiência de calorias, vitaminas e minerais no organismo humano. Desse modo, as pessoas vítimas da fome em decorrência das secas sofreram diretamente impactos na saúde, desde doenças atreladas à desnutrição e, em casos mais extremos, ao óbito.

1.3 Combate à seca: políticas tradicionais, DNOCS e frentes de emergência

Diante de todas as consequências trágicas trazidas pelas secas, sobretudo, após uma seca severa que ocorreu em 1877, surgiu a necessidade de pensar em formas de solucionar o problema, uma vez que a seca era avaliada como um grande empecilho no desenvolvimento da região Nordeste do país. Em função disso, foram surgindo políticas com diferentes ações intervencionistas para combater o fenômeno climático das secas.

Uma das primeiras ações políticas de enfrentamento ao flagelo das secas ocorreu em 1859, com a importação de camelos para adaptação no sertão do Ceará, o propósito era utilizá-los para o transporte de cargas. Nessa perspectiva, vemos que o pouco conhecimento sobre a problemática das secas levou a associação das características climáticas do sertão com o clima desértico, isto resultou no fracasso, haja vista que os dromedários não se adaptaram à região semiárida (CAMPOS; STUDART, 2001).

Somente com o advento da república em 1889, é montada uma estrutura governamental de combate à seca no âmbito do Estado brasileiro. A necessidade de medidas emergenciais

capazes de solucionar o problema da seca ganha impulso, especialmente, depois da grande seca ocorrida em 1877. Desse modo, uma das principais ações propostas pelo governo brasileiro foi a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (CAMPOS, 2014).

Malvezzi (2007, p.69) aponta que,

Fundado em 1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), depois Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs), o órgão pretendia fazer o combate à seca, objetivo que hoje parece anacrônico, já que sabemos que ninguém acaba com fenômenos naturais, como secas, chuvas e incidência de neve.

Em outras palavras, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS foi um órgão governamental que possuía o objetivo de propor soluções convencionais de combate à seca, uma vez que este problema limitava em vários aspectos o desenvolvimento da região Nordeste, como por exemplo, a economia regional e o crescimento demográfico do semiárido. A *posteriori*, no ano de 1945 o IFOCS sofreu alterações tornando-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Devido à criação do órgão de obras contra a seca, foram elaborados e executados vários projetos com intuito de melhorar as condições de vida no semiárido, um dos projetos que mais teve repercussão foi a criação de açudes nas áreas fragilizadas pelo fenômeno das secas. No entanto, por se tratar do único departamento responsável por desenvolver obras no semiárido, o DNOCS abrangia obras em todos os âmbitos, como exemplo, as rodovias. Por meio da açudagem na região do sertão foram feitos por volta de 70 mil açudes em todas as áreas abrangidas pelas secas (MALVEZZI, 2007).

Não obstante, cabe mencionar que a construção dos açudes ocorreu de forma totalmente desigual para a população sertaneja, ou seja, os açudes foram feitos em sintonia com os interesses das oligarquias da região. Sobre isso, Campos e Carvalho (2001, p.07) explicam:

O projeto e o orçamento eram fornecidos gratuitamente pelo IFOCS/DNOCS e um prêmio, equivalente à metade do orçamento, era concedido no fim da construção ou, a título de adiantamento, quando metade da obra estivesse pronta. Os proprietários, em contrapartida, comprometiam-se a fornecer água para as necessidades domésticas das populações circunvizinhas.

Isto é, o projeto era financiado de forma gratuita com o dinheiro público e os açudes eram construídos em propriedades privadas, logo os grupos que se beneficiavam com o projeto eram os grandes proprietários de terras. Por outro lado, os estratos mais pauperizados da população residente no semiárido ficavam subordinados às vontades dos senhores de terra para poderem ter acesso aos açudes.

Com a estrutura fundiária completamente desigual e nas mãos de poucas pessoas, a política do sertão nordestino foi marcada pelo coronelismo¹, onde a figura do coronel era caracterizada, principalmente pela concentração de terras e a utilização de recursos públicos para os seus próprios benefícios (LEAL, 2012).

Sobre o sistema político baseado no coronelismo Leal (2012) relata,

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 2012, p.44).

Diante disto, analisamos que as políticas públicas empregadas no sistema do coronelismo atuaram no fortalecimento da propriedade privada, sobretudo, da estrutura agrária voltada para o latifúndio. Este modelo político não englobou as classes sociais mais pobres, tornando-as dependentes das oligarquias para o uso dos próprios recursos públicos, como os açudes criados com intuito de auxiliar no combate às secas. Apenas durante o Estado Novo, em 1930, com o governo de Getúlio Vargas, o coronelismo foi perdendo forças, porém, esse modo político continuou enraizado no sertão, inclusive muitos coronéis foram se modernizando, utilizando os novos meios de comunicações ao seu favor (MALVEZZI, 2007).

Em 1959 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE um novo órgão para tratar de assuntos relacionados não apenas ao semiárido, mas a toda região do nordeste brasileiro, a SUDENE foi idealizada pelo economista Celso Furtado e tinha como finalidade promover políticas para desenvolvimento regional do Nordeste (LENCIONI, 2011).

A SUDENE tinha o foco dos seus projetos direcionado para a área do semiárido, muito especificamente no combate à seca. No entanto, a superintendência traçou objetivos muito pretensiosos, sendo vários deles voltado para a industrialização, soluções de problemas do solo, agricultura, questão fundiária, água, dentre outros (MALVEZZI, 2007).

Apesar dos grandes objetivos da SUDENE, a mesma tinha que lidar com as oligarquias, consideradas um dos maiores problemas para o desenvolvimento do nordeste. Como já dito, as oligarquias perderam um pouco de poder, mas se mantiveram presentes após a década de 1950,

¹ A expressão “coronelismo” surgiu no Brasil durante o século XX, foi marcado pela figura do “coronel” representado pelos grandes proprietários de terras, que possuíam o poder político municipais ou regionais. Dessa forma, o coronelismo se caracterizou, pelo controle dos chefes políticos sobre o voto, os coronéis praticavam o chamado “voto de cabresto”, na qual todos os subordinados eleitores eram obrigados a deixar a tutela do seu voto sob controle dos coronéis (MARTINS, 1981).

elas se modernizaram com as tecnologias da época, porém mantendo sua essência antiga (MALVEZZI, 2007).

Tendo em vista isto, a superintendência foi pressionada pelas oligarquias nordestinas, onde os recursos utilizados para execução de obras para atender a população do semiárido, tais como os problemas hídricos e agrícolas em tempos secas no sertão, continuaram sendo aproveitados pelas oligarquias que se apropriavam dos recursos públicos em proveito próprio. A SUDENE possuía incentivos fiscais através do FINOR², e após muitas polêmicas e escândalos de corrupção o órgão foi fechado em 2001³ (MALVEZZI, 2007).

No que concerne os programas de combate à seca, é importante mencionarmos as Frentes de Emergência, também conhecida como as Frentes de Trabalho. Este projeto foi colocado em execução no semiárido em períodos críticos de seca, as Frentes de Emergência consistiam na contratação de mão de obra sertaneja para o trabalho em construções de obras contra à seca, tais como: rodovias, açudes, barragens, dentre outras (ASSIS, 2018).

Portanto, a oferta de trabalho para a população do semiárido fazia parte de um pacote de medidas de combate à seca que foi executado pelo governo. O programa de Frentes de Emergências teve mais presença por volta da década de 1970, através da SUDENE como órgão de atuação da região Nordeste, porém essas Frentes de Trabalho atuaram décadas antes com o DNOCS (SOUTO, 2017).

Sobre as atividades laborais realizadas pelas frentes emergenciais, Assis (2018, p.62) elucida:

Cabe salientar que, nessas frentes de emergência era bastante comum o trabalho de crianças e mulheres, inclusive gestantes. Os abusos nesses campos de trabalho eram constantes, não eram oferecidas as mínimas condições para exercer as atividades, que eram braçais; um trabalho contínuo, sem feriados, onde eram dedicados seis dias para o trabalho nas emergências e um dia para o cuidado com suas roças.

Diante do exposto, vemos as condições de precariedade do trabalho as quais os sertanejos eram submetidos. Além dos problemas ocasionados pelo flagelo das secas, a população sertaneja era sujeita ao trabalho análogo à escravidão, sem direitos trabalhistas, não possuindo o mínimo de segurança, remunerações incompatíveis com as longas jornadas de trabalho, trabalho infantil e outras desumanidades.

² FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste.

³ A SUDENE foi recriada e reativada em 2007, sob governo de Lula da Silva, o órgão ficou conhecido como “a nova SUDENE” (Torres *et al*, 2019).

As Frentes de Trabalho tinham como um dos seus intuitos evitar o despovoamento da região semiárida, uma vez que as migrações em massa para as capitais e outras regiões brasileiras eram recorrentes devido às longas estiagens. Dessa forma, muitos indivíduos que não queriam migrar do semiárido para outras localidades, optavam pelo trabalho explorado nas Frentes de Emergência (ASSIS, 2018).

Diante do que foi exposto, buscamos analisar neste capítulo o problema da fome na formação territorial do semiárido brasileiro, tal como perceber como o fenômeno climático das secas impactou negativamente na população sertaneja. Por fim, abordamos as principais políticas de combate à seca no país.

2. FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

2.1 A Fome

Como visto no capítulo anterior, a fome esteve presente na história do Brasil desde sua formação territorial. Nessa perspectiva, iremos abordar neste capítulo alguns conceitos fundamentais para compreendermos este fenômeno, uma vez que o problema da fome está presente em todo globo, principalmente nos países periféricos.

Segundo Castro (1974), o conceito de fome está além do entendimento no campo da biologia e medicina, esta discussão percorre diferentes áreas científicas, como a social, a política e a histórica. Diante disso, no decorrer do tempo, o fenômeno da fome foi obtendo diferentes contornos e perspectivas que serão desenvolvidos neste escrito.

A carência alimentar por longos períodos ocasiona aos indivíduos o que conhecemos como fome, evidenciando a *priori* pelo desconforto no organismo, podendo ser agravado a *posteriori* para condições extremamente preocupantes (MONTEIRO, 2003). Para Nascimento (2009), a fome pode surgir por diferentes motivos nos territórios, nos indivíduos a fome pode ser caracterizada através de dois tipos, que são: fome aguda e fome crônica.

A fome aguda, pode ser compreendida como a mais grave, uma vez que pode ser caracterizada pela urgência do consumo alimentar (NASCIMENTO, 2009). Em casos de fome aguda, é imprescindível que o problema da fome seja resolvido de forma imediata, caso contrário, a ausência de alimentação no organismo pode levar os indivíduos ao sofrimento indicado pela dor e, conseqüentemente, a morte. Neste viés, as principais causas para o acarretamento da fome aguda estão, sobretudo, relacionadas às guerras e catástrofes presentes em algumas áreas geográficas do mundo (FRITZ; NASCIMENTO; FILHO, 2017).

Por conseguinte, temos a fome crônica, na qual iremos aprofundar nesta discussão, tendo em vista que a mesma pode ser considerada o tipo de fome mais comum em todo o mundo. Nesse contexto, a fome crônica pode ser identificada “quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas” (MONTEIRO, 2003, p.08).

Logo, um dos principais aspectos da fome crônica é o desequilíbrio alimentar constatado pela falta de calorias necessárias para o funcionamento das atividades humanas, além da falta de substâncias essenciais para o organismo, como as proteínas, vitaminas, sais

minerais, dentre outros (NASCIMENTO, 2009). Nessa lógica, a deficiência energética ocasionada pela fome, pode ser considerada uma forma de desnutrição (MONTEIRO, 2003). Stacciarini (1996, p.48) salienta que “a desnutrição responde por grandes danos a inteligência dos indivíduos e, ao atingir massas humanas enormes, torna doente a própria sociedade.”

2.2 Capital mundializado: o alimento como mercadoria

Em primeiro plano, a mundialização do capital pode ser compreendida como o processo de internacionalização do sistema capitalista em contexto global, ocasionando a acumulação mundial de capital, além de gerar transformações no próprio sistema capitalista e nos territórios (CHESNAIS, 1996). Essas alterações estão relacionadas com os segmentos de produção, distribuição e circulação das mercadorias que passaram a atuar em escala global.

Nesse sentido,

A mundialização é resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado com a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de dismantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p.34).

Assim, percebemos que o fenômeno da mundialização foi fruto do processo de acumulação de capital. A crise na economia capitalista da década de 1970 foi fundamental para o processo de mundialização do capital, determinando novos arranjos políticos e econômicos. Dentro desta conjuntura, enquadram-se ações de financeirização econômica, liberalizações, descentralização produtiva, flexibilizações e precarização do trabalho. Além disso, a internacionalização capitalista acarretou mudanças na agricultura mundial e na produção de alimentos.

Cabe mencionar que as grandes alterações no meio agrário mundial já eram muito visíveis durante o período do segundo regime alimentar⁴, em meados da década de 1950, no qual a agricultura global tornou-se intensiva com o surgimento da Revolução Verde (MCMICHAEL, 2016). A modernização capitalista no campo passou a atuar em grande escala

⁴ O primeiro regime alimentar surgiu na Grã-Bretanha em meados da década de 1870 até 1930. Esse regime ficou conhecido como “Regime Alimentar Imperial”, sendo caracterizado pelas exportações de produtos tropicais das colônias para as indústrias na Europa (MCMICHAEL, 2016).

e em alta produtividade de alimentos com a utilização dos pacotes tecnológicos, mais especificamente o uso de agrotóxicos, sementes híbridas e outros insumos químicos (LIMA, 2018).

Além disso, a Revolução Verde tinha como um dos seus principais propósitos a elevada produção alimentícia para erradicação da fome mundial, uma vez que o problema da fome em contexto global era demasiado grave após a Segunda Guerra Mundial e durante o período da Guerra Fria (JESUS; OMMATI, 2017). Neste caso, é perceptível que a modernização da agricultura, conhecida como Revolução verde, não possibilitou às pessoas famintas o acesso aos alimentos, pelo contrário, aumentou a concentração fundiária dos territórios e contribuiu para que os alimentos se tornassem meras mercadorias (ESTEVE, 2017).

Com o declínio do acordo de Bretton Woods⁵ e a crise econômica na década de 1970, o sistema capitalista passou por alterações que influenciaram fortemente o espaço agrário (LIMA; SOUSA; SANTOS, 2021). Como já abordado, uma destas modificações do sistema capitalista está atrelada à internacionalização e à financeirização do capital. De acordo com Lima, Sousa e Santos (2021, p.194):

A hegemonia do capital financeiro é uma dimensão notadamente importante dessa economia mundializada, pois libertado das amarras que restringiam sua mobilidade, o capital financeiro pôde, finalmente, converter-se em um errante, numa constante busca por valorização em qualquer plaga, assumindo uma dinâmica fugaz e predatória.

Esta hegemonia do capital financeiro reflete-se na produção alimentar, na medida em que os Estados perdem a máxima participação nas ações e políticas nacionais de administração das questões alimentares como, por exemplo, os preços dos produtos (LIMA; SOUSA; SANTOS, 2021). Deste modo, a investida do capital financeiro no campo atuou como um veículo de monopólios, espoliação, concentração fundiária e de capital (OLIVEIRA, 2007).

Nesse sentido, “a agricultura passou a operar sob a órbita da mundialização do capital a partir de uma tríade: produção de alimentos como *commodities*, Bolsas de mercadorias e de futuros e atuação de empresas monopolistas mundiais.” (LIMA; SOUSA; SANTOS, 2021, p.194). Logo, na transformação de produtos alimentícios básicos em *commodities*, os preços dos alimentos passam a ser mediados pela Bolsa de Valores de acordo com a oferta e a procura

⁵ O acordo de Bretton Woods foi o termo denominado para as propostas acordadas na Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas em 1944, ordenando normas no sistema monetário internacional.

a nível internacional, isto mostra que por meio da especulação e do capital financeiro o alimento se tornou um mero artigo de compra e venda.

Segundo McMichael (2016), com o “regime alimentar corporativo” na década de 1980, o sistema capitalista apoiado na mundialização e no neoliberalismo passou por algumas alterações no processo de produção de alimentos. Este terceiro regime, foi marcado pela atuação em territórios considerados de Terceiro Mundo, englobando países como o Brasil e a China. Nesse sentido, uma das principais características desse regime foi a diminuição do poder dos Estados no que concerne às políticas agroalimentares nacionais e o aumento significativo de poder das corporações e empresas do capital monopolista (LIMA; SOUSA; SANTOS, 2021).

De acordo com Oliveira (2007), a agricultura brasileira pode ser caracterizada como capitalista, e o processo de espacialização do capitalismo no campo ocorre de forma contraditória, através da territorialização ou da monopolização do capital. Nesse viés, em uma dinâmica capitalista convém por vezes a territorialização do capital, que pode ser definida como a apropriação do território pelo capitalista, assim obtendo a renda da terra completamente. Em outras vezes é preferível a monopolização, que acontece quando a agricultura camponesa é controlada pelo capital através da subordinação dos camponeses, sucedendo a apropriação do lucro suplementar da terra pelo capital monopolista (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil a produção agrícola é dominada principalmente pelo agronegócio, que apoiada ao capital financeiro e monopolista contribuem para que o alimento se torne um negócio, a partir do sistema de *commodities* para comercialização no mercado internacional. A ofensiva do capital no meio agrário vem afetando diretamente a produção alimentar de qualidade, com a utilização dos agrotóxicos e fertilizantes químicos, os quais são prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente (ESTEVE, 2017).

Cabe mencionar que a (re)produção camponesa é considerada relação de produção não capitalista, esta busca a reprodução no território por meio dos seus valores de uso, caracterizado pela produção e consumo (HARVEY, 2013). Nessa perspectiva, a agricultura camponesa possui um papel fundamental no processo de produção alimentar brasileira, uma vez que a mesma produz grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, com o uso da policultura (OLIVEIRA, 2007).

Lima, Sousa e Santos (2021, p.189) elucidam que,

É da própria dinâmica do sistema do capital produzir riqueza em detrimento da miséria. Apesar da desigualdade social, da miséria e da fome não serem

problemas novos, pois já existiam nas sociedades anteriores à sociedade capitalista, o que é novo, no capitalismo, é a dinâmica que amplifica tais problemas, em meio às condições de sua superação. Nesse contexto, quanto mais a sociedade se revela capaz de produzir bens e serviços, mais aumenta a quantidade de seres humanos expropriados das condições de sua reprodução, e é essa situação que marca a emergência da dimensão mais imediata da moderna barbárie, a barbárie capitalista.

Esteve (2017) explica que a principal causa da fome é de caráter político, uma vez que todos os meios propícios para alimentação são controlados. Nesse contexto, o problema da fome não se resume à falta de alimentos, mas a má distribuição. Logo, é preferível dentro de uma dinâmica sob o modo de produção capitalista produzir alimentos para diferentes finalidades ao invés de alimentar a população em situação de miséria.

2.3 Insegurança alimentar no Brasil

Quando falamos em fome é imprescindível mencionarmos a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, pois para ter qualidade de vida é necessário o consumo de alimentos em quantidades e qualidade suficientes. Assim, para que haja Segurança Alimentar é importante refeições ricas em nutrientes, capazes de garantir as pessoas saúde e bem-estar (Esteve, 2017).

As primeiras ideias sobre a necessidade de implantação de Segurança Alimentar nos países de padrões capitalistas, surge durante o período do primeiro regime alimentar por volta de 1870, como o intuito de crescimento da agricultura (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017). Porém, o projeto de Segurança Alimentar só foi efetuado durante o terceiro regime alimentar depois da década de 1980, com objetivos precisos e voltados para a monopolização dos alimentos em contexto mundial (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017) e (MCMICHAEL, 2016).

No entanto, um dos principais momentos históricos nos quais mostraram preocupação sobre a questões da fome ocorreu em 1996, na Cúpula Mundial da Alimentação, ocorrida em Roma e realizada pela Organização das Nações Unidas, onde foram determinadas metas para a erradicação da fome no mundo (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017). Porém, alguns anos depois os objetivos propostos pela Cúpula não mostraram êxito, pelo contrário os níveis de fome e insegurança alimentar se intensificaram, no Brasil, o problema da fome ampliou-se, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste, além das áreas metropolitanas (BELIK, 2012).

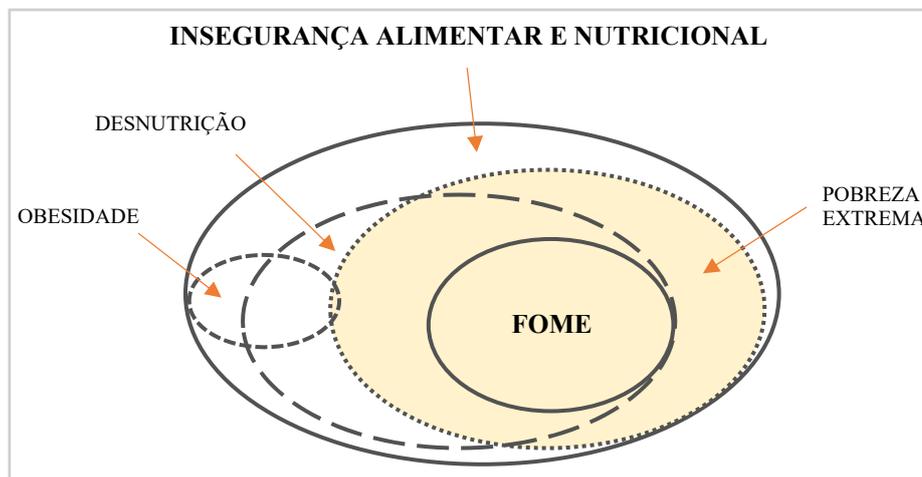
Conforme a legislação brasileira sob a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3º da Lei nº 11.346/2006).

Nesse contexto, compreendemos que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) possui diferentes dimensões, a primeira está voltada para quantidade de alimentos suficientes para o consumo humano. A segunda está atrelada à regularidade do acesso aos alimentos, uma vez que é fundamental a realização de, no mínimo, três refeições diárias. A terceira dimensão é a qualidade dos alimentos, ou seja, são necessários alimentos de qualidade nutricional para ter uma alimentação saudável. Em suma, para que exista SAN é necessário acesso a alimentos em quantidades e qualidades suficientes de forma regular, garantindo hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis.

A insegurança alimentar é um problema que atinge milhões de brasileiros, nesse sentido, é importante compreender que este problema não se resume apenas à fome e à falta de alimentos (GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2004). A insegurança alimentar possui diferentes variáveis como podemos ver na Figura 01.

Figura 01: Diagrama da Insegurança Alimentar e Nutricional



Fonte: GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2004.

Organização: Amanda Oliveira, 2022.

A partir da análise do diagrama podemos concluir que o fenômeno da fome é um problema que atinge exclusivamente as pessoas em situação de extrema pobreza, sendo caracterizada pela falta de alimentos de forma completa ou parcial. Além disso, a desnutrição engloba tanto as pessoas em situação de fome, quanto parte da população em estado de pobreza

e obesidade, isto pode ser justificado pela carência de alimentos suficientes e adequado. É válido frisar, que a obesidade abrange uma parcela da população em condições de extrema pobreza, na qual a ausência de alimentos saudáveis leva os indivíduos em vulnerabilidade social a consumirem alimentos calóricos e pobres em nutrientes. Assim, além do acesso e da qualidade nutricional dos alimentos é necessário práticas estimuladoras de saúde e reeducação alimentar para garantia de SAN.

A fome pode ser considerada umas das principais consequências da pobreza extrema no mundo, assim, quando falamos de fome não estamos falando apenas da falta de alimentos, mas também da ausência de uma alimentação de qualidade. Deste modo, a falta de Segurança Alimentar vem acarretando o consumo de alimentos supercalóricos e pobres em nutrientes, consequentemente adoecendo a população que os consomem (ESTEVE, 2017).

Lima (2018) aborda que no Brasil a ideia de Segurança Alimentar está ainda mais longe em relação a muitos países, uma vez que nas nuances da sua formação territorial o Brasil é marcado pela concentração fundiária e pelo agronegócio. As implicações desse sistema no Brasil comprometem diretamente a SAN da maior parte da população, os conflitos por terra e território em comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores e camponeses) com os latifundiários, impedem a prática da subsistência desses povos por meio da agricultura sustentável, sem a utilização de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas.

O Brasil é considerado um dos maiores países consumidores de agrotóxicos no mundo, as liberações de agrotóxicos extremamente perigosos e o seu uso desenfreado no território brasileiro pode evidenciar ameaças à segurança alimentar da população no país. Dessa maneira, podemos refletir se de fato as pessoas podem viver em segurança alimentar em um país onde os alimentos são repletos de agrotóxicos, sendo completamente prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (RIBEIRO *et al*, 2022).

2.3.1 Insegurança Alimentar no Brasil e a Covid-19

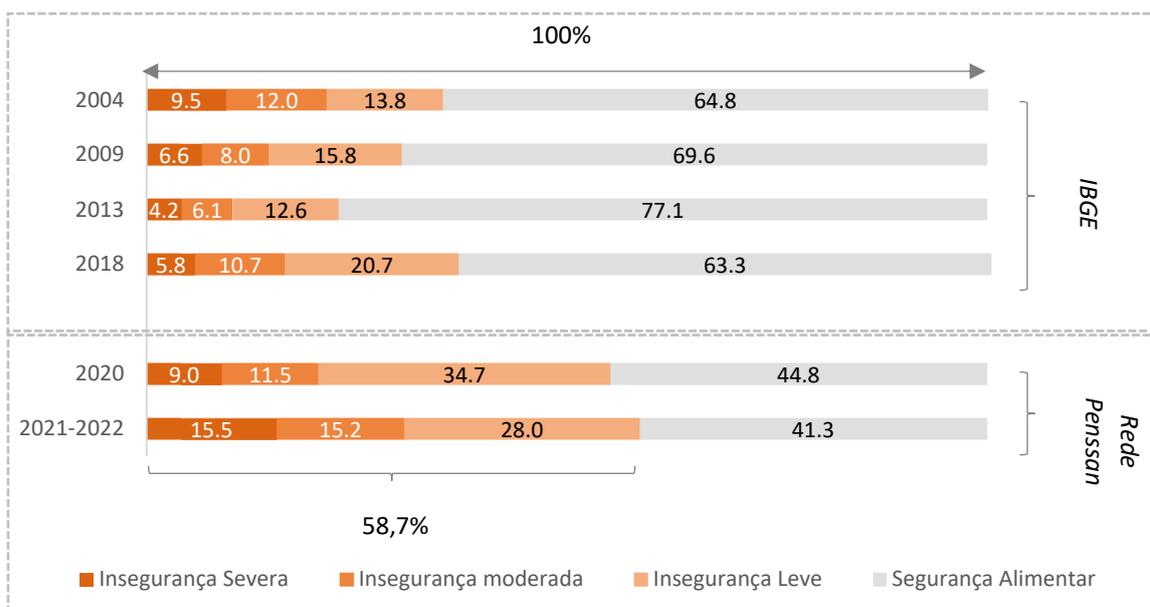
A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi reconhecida como estado de pandemia em meados de fevereiro de 2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS, o surgimento da Covid-19 influenciou o aumento da fome em muitos países de forma severa (FREITAS; PENA, 2020).

No que se refere ao Brasil, a pandemia tem acelerado seu retorno ao famigerado Mapa da Fome. Antes da COVID-19, o país já vivia a tormentosa expectativa de retorno à indesejada lista, fruto da desestruturação da política de segurança alimentar – ensejada, ainda, no governo do ex-presidente Michel Temer e aprofundada no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro – e da precarização do trabalho, em destaque, a elevação do emprego informal, que acaba impactando na renda e na proteção social dos trabalhadores (LIMA, 2020, p.340).

Destarte, analisamos que antes do advento da pandemia da Covid-19, o Brasil já apresentava indicadores negativos e preocupantes em relação a pobreza e a fome. Além disso, o desmantelamento de políticas públicas nos últimos anos vem afetando principalmente a classe trabalhadora e desestruturando as políticas de combate à fome e insegurança alimentar. Com o contexto da Covid-19 no país, os indicadores de pobreza agravaram-se, ampliando o número de pessoas famintas no território brasileiro.

Lima (2020) explica que a pandemia da Covid-19 contribuiu para o aumento da fome principalmente nas periferias do país. A política aplicada durante o período pandêmico pelo governo, através da transferência de renda no valor de R\$600,00, denominada de “Auxílio Emergencial”, não foi suficiente para muitas famílias terem acesso à alimentação regular, deixando-as dependentes de doações solidárias. Diante deste cenário caótico da fome e vulnerabilidade social, o Brasil marca o seu retorno para o Mapa da Fome Mundial.

Gráfico 01: Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar no Brasil (2004 – 2022)



Fonte: Pnad e POF (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), 2018 e Rede Penssan, 2022.

Em primeiro plano, a insegurança alimentar pode ser classificada em três níveis, são eles: leve (se refere a incertezas e preocupação no acesso de alimentos no futuro, e queda da qualidade nutricional), moderada (insuficiências na quantidade de alimentos) e severa (situação de fome e privação de alimentos). A partir da análise do gráfico 1, podemos perceber a evolução da insegurança alimentar do ano de 2004 a 2022. Cabe mencionar, que nos anos 2003-2004 foi implementado pelo governo brasileiro um pacote de medidas de combate à fome no país, como o programa Fome Zero e Bolsa Família, essas políticas foram essenciais para mitigação do fenômeno da fome no Brasil, podemos ver nos anos de 2009 e 2013 no gráfico 01.

Em 2013, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, o Brasil registrou o maior número de pessoas em condição de Segurança Alimentar e Nutricional, cerca de 77% da população brasileira tinham acesso regular a alimentos em quantidade e qualidades suficientes. Os indicadores de insegurança alimentar diminuíram de 35,3%, registrados em 2004, para 22,9% em 2013, sendo que a insegurança alimentar severa e moderada atingiram maior número de queda, significando a diminuição da fome no Brasil. Em 2013, o país possuía cerca de 4,2% da população em condições de insegurança alimentar severa, o menor número da história do país.

Este ciclo de conquistas de combate à fome, levou a saída do Brasil do Mapa da Fome Mundial em 2014, fruto de um longo processo de trabalho da sociedade civil e de políticas públicas, tornando o país referência internacional no combate à fome (CASTRO, 2019). Porém, nos anos seguintes o cenário da fome no Brasil já era outro, conforme dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, em 2018 o país confirmou 37,2% da população em estado de insegurança alimentar, marcando um grande retrocesso das ações de erradicação da miséria no território brasileiro.

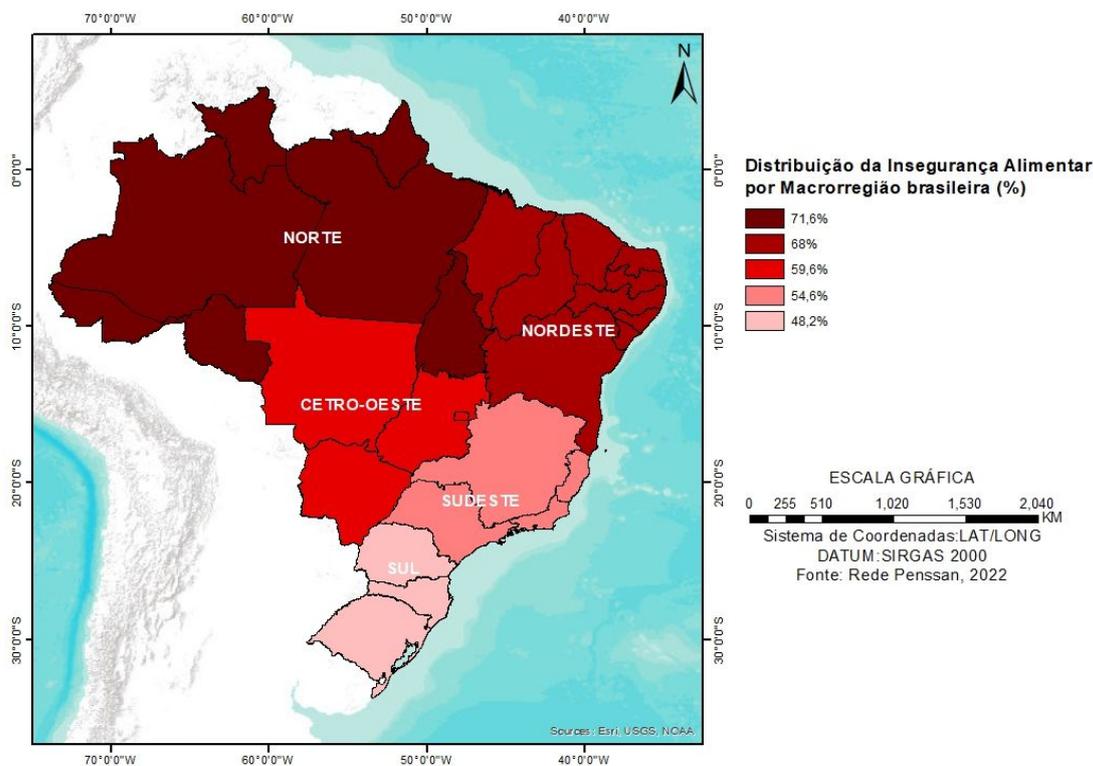
Lima (2020) elucida que a conjuntura de precarização do trabalho e reestruturação de políticas de segurança alimentar, implementadas no país nos últimos anos, especialmente no atual governo do Presidente Jair Bolsonaro, contribuiu para este panorama do crescimento da fome no Brasil. Esta perspectiva, obtém confirmação quando analisarmos os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN (Rede Penssan), dos anos de 2020 a 2021-2022. É válido frisar que a “fome não foi gestada pela COVID-19, ela é anterior à disseminação do

vírus. Antes mesmo do advento da COVID-19, a FAO/ONU (2019) já havia emitido sinal de alerta para a curva ascendente da fome desde o ano de 2015” (LIMA, 2020, p.341).

De acordo com dados de 2021- 2022, atualmente o Brasil registra 58,7% de insegurança alimentar, para melhor percepção em números absolutos cerca de 125,2 milhões de brasileiros e brasileiras se situam em algum nível de insegurança alimentar, mais da metade da população do Brasil. Os números passam a ser ainda mais críticos quando analisamos a insegurança alimentar severa, onde 15,5% do contingente populacional, equivalente 33,1 milhões de pessoas estão em situação de fome. Segundo a Rede Penssan (2022), este contexto lamentável leva o Brasil ao retrocesso de trinta anos, voltando para o contexto de fome da década de 1990.

A situação da fome nas regiões Norte e Nordeste são as mais alarmantes do país, os dados apontam que em cada dez famílias, quatro estão em condição de insegurança alimentar. Além disso, o espectro da fome é mais predominante na população vítima de desigualdades sociais, principalmente pessoas negras, mulheres e residentes de periferias urbanas e comunidades rurais.

Mapa 02: Distribuição de Insegurança Alimentar por Macrorregião Brasileira 2022



Fonte Rede Penssan, 2022.
Organização: Amanda Oliveira, 2022

De acordo com o mapa 02, a região Norte apresenta os maiores números de pessoas em insegurança alimentar, evidenciando que 71,6% da população da região possui algum grau de insegurança alimentar, em seguida destaca-se o Nordeste, onde 68% dos residentes estão na mesma situação.

2.3.2 Fome e obesidade: duas faces do mesmo problema

Em perspectivas mais atuais, vemos o aumento exorbitante dos “fast-foods”, mais conhecidos como comidas rápidas. Logo, tornam-se cada dia mais frequente no nosso cotidiano notícias como “Redes de franquias fast-food crescem 575% com unidades nas periferias” (TERRA, 2021); “Herdeiros do ‘podrão’, negócios de fast food crescem nas periferias” (JOIO E O TRIGO, 2021); “Em 2020, dados do IBGE apontaram que houve um aumento de 17% no consumo de fast-food no Brasil. Em contrapartida, houve uma queda no consumo de arroz e feijão. A frequência de consumo do arroz caiu para 72,9% e a do feijão para 59,7%” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNICEUB, 2021).

Por outro lado, o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados também vem se tornando preocupante, haja vista suas consequências na saúde da população que os consomem. Em relação aos alimentos ultraprocessados Louzada *et al* (2021, p.2) ilustram:

Alimentos ultraprocessados, como definidos pela classificação NOVA, são formulações industriais de substâncias extraídas ou derivadas de alimentos, que contêm pouco ou nenhum alimento inteiro em sua composição e que são tipicamente adicionadas de flavorizantes, corantes, emulsificantes e outros aditivos que modificam os atributos sensoriais do produto final. Os ingredientes e procedimentos utilizados na fabricação de alimentos ultraprocessados visam criar produtos de baixo custo, hiperpalatáveis e convenientes, com potencial para substituir alimentos *in natura* ou minimamente processados (LOUZADA *et al*, 2021, p.2).

Dessa forma, vemos que os alimentos ultraprocessados possui em sua composição substâncias prejudiciais ao organismo humano capazes de desenvolver algumas doenças nos indivíduos, como obesidade e outras doenças crônicas. Cabe frisar, que os ultraprocessados pode ser caracterizado pelo baixo custo, ou seja, são alimentos acessíveis que atraí o consumo dos estratos mais pauperizados da sociedade.

Neste caso, entendemos que alimentos supercalóricos e ultraprocessados vêm afetando a saúde humana com divergência e convergências em relação à fome. Isto quer dizer, enquanto milhares de indivíduos sofrem pela falta de alimentos, outra parte da população se alimenta de

má qualidade, portanto, em ambos os aspectos percebemos a falta de nutrientes básicos para garantia da saúde (ESTEVE, 2017).

Dessa forma, são vários os problemas que os alimentos supercalóricos e ultraprocessados trazem, alguns exemplos mais presentes atualmente são: obesidade, diabetes, hipertensão, alergias, dentre outros. Nesse contexto, “dois bilhões de pessoas em todo no mundo sofrem de deficiências de micronutrientes (ferro, vitamina A, Iodo) e 1,4 bilhões estão acima do peso” (ESTEVE, 2017, p. 36).

A obesidade é uma doença crônica, além de ser um dos principais problemas de saúde pública no mundo, está rapidamente tornando-se uma epidemia que contribui na carga global de doenças correlatas na população. A obesidade, especialmente a central, é importante fator de risco para diabetes tipo 2, hipertensão, doenças cardiovasculares além de alguns tipos de câncer (MAZUR; NAVARRO, 2015, p.36).

No que concerne à obesidade, analisamos uma tendência presente nos países periféricos sobre o crescimento dos índices de pessoas obesas em condições de pobreza e vulnerabilidade social. Neste âmbito, vemos que a população mais pobre vem sofrendo pela falta de acesso à alimentação adequada. Além disso, muitos desses indivíduos não dispõem de tempo necessário para a prática de atividades físicas e de lazer, devido as longas jornadas de atividade laboral. Assim, “contrariamente, os grupos de baixa renda têm vivenciado com maior impacto os conflitos e danos relacionados à obesidade. E para este grupo, em particular, os prejuízos revelam-se mais graves” (FERREIRA; MAGALHÃES, 2006, p.80).

2.4 Análise de políticas de combate à fome e a insegurança alimentar no Brasil

Em primeiro lugar, é válido abordar o grande legado deixado por Josué de Castro ao levar o problema da fome para o contexto político brasileiro, através de propostas e projetos que visaram, sobretudo, o combate à fome no país. Castro atuou em políticas públicas através da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), criada na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, a CNA foi responsável pelo desenvolvimento de projetos como os programas de alimentação dos trabalhadores e merenda escolar (BELIK, 2012).

A Comissão Nacional de Alimentação foi substituída em 1976 pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), este Instituto englobou programas desenvolvidos pela

CNA, além de “ações articuladas na área da alimentação do trabalhador, escolares, gestantes, compra direta do produtor, vigilância sanitária e nutricional e outros” (BELIK, 2012, p.95).

Outros projetos políticos que pretendiam diminuir a fome no Brasil foram o programa do leite e o programa de cestas básicas (Prodea), ambos tinham o objetivo de distribuição de alimentos às famílias de baixa renda. O programa do leite, mais precisamente intitulado “tíquete do Sarney”, foi fundado pelo Estado brasileiro em 1986. O projeto tinha o intuito de fornecimento de leite às famílias com crianças até aos sete anos de idade e em situação de vulnerabilidade econômica, a entrega do laticínio era realizada através de um ticket distribuído aos beneficiados (GRAZIANO DA SILVA; BELIK; TAKAGI, 2006).

Nesse contexto, o programa do leite teve um papel importante de remediar a falta de um alimento rico nutricionalmente. Porém, cabe mencionar que algumas avaliações da época mostraram graves problemas de irregularidade e corrupção em torno do programa (GRAZIANO DA SILVA; BELIK; TAKAGI, 2006). Além disso, apesar de proporcionar o desenvolvimento e crescimento econômico na produção leiteira, este programa político ficou muito limitado a apenas um único alimento, tendo em vista a necessidade de outros alimentos essenciais para a alimentação de qualidade da população.

Segundo Graziano da Silva, Belik e Takagi (2006), o programa de cestas básicas foi uma política de combate à fome que surgiu durante o governo Collor por volta de 1991, este programa consistia na distribuição dos alimentos em armazenamento público em risco de danificação às famílias em condições de penúria. Dessa maneira, o Prodea passou por várias mudanças desde seu surgimento, uma das suas alterações foi a utilização do programa para situações emergenciais e de catástrofes, como por exemplo as secas no Nordeste e enchentes.

No entanto, o Prodea foi alvo de muitas críticas levando a sua extinção em meados anos 2000, uma das principais justificativas foi o enfraquecimento dos mercados locais, uma vez que os alimentos vinham de reservas públicas. Dessa forma, foi avaliado que o programa não contribuiu objetivamente no combate à fome, além disso o Prodea foi envolvido em polêmicas, como a distribuição de cestas básicas para finalidades eleitorais (GRAZIANO DA SILVA; BELIK; TAKAGI, 2006).

Em relação às políticas públicas que tiveram repercussão na mitigação do problema da fome, o Estado brasileiro tomou algumas medidas acerca da Segurança Alimentar e Nutricional implementadas principalmente a partir da década de 1990, tais políticas visaram debater

propostas sobre a fome e assuntos agroalimentares. Além disso, foram discutidas pautas associadas à pobreza, com propostas de impulsos econômicos e diminuição do desemprego (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

Depois do impeachment de Collor de Melo da presidência do Brasil em 1992, foi criada no ano seguinte a “Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida”, um movimento social originado pelo Movimento de Ética pela Política, tendo como fundador o sociólogo Herberto de Souza, mais conhecido como Betinho. Um dos principais intuíto da Ação pela Cidadania foi a mobilização da sociedade sobre aos altos níveis de fome e pobreza, na qual atingiam na época cerca de 32 milhões de brasileiros. Desse modo, a campanha teve a participação de diversos grupos da sociedade civil e de movimentos sociais, as ações contribuíram em doações de alimentos para muitas famílias em estado de fome. Logo, a campanha liderada pelo Betinho foi considerada um dos maiores e organizados movimento social de combate à fome e a miséria na história do Brasil (VASCONCELOS, 2004).

Um dos grandes marcos no que se refere às políticas de Segurança Alimentar no Brasil surgiu em 1993, com a fundação do Conselho de Segurança Alimentar – CONSEA, este órgão atuou por meio de consultas diretamente vinculadas à presidência da república (MOURA, 2009). O CONSEA, nos primeiros anos, foi alvo de constrangimentos através de restrições de gastos públicos, limitando a ação do órgão, à vista disso o CONSEA foi revogado em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, o CONSEA foi reformulado pelo governo de Lula da Silva (MORAES; MACHADO; MAGALHÃES, 2021).

Com a extinção do CONSEA, foi criado o programa “Comunidade Solidária” durante o governo FHC, o programa foi gerido pela primeira-dama do país e tinha como objetivo o combate à fome e a miséria. Todavia, a comunidade solidária foi alvo de críticas, uma vez que diminuiu o papel do Estado na atuação de políticas do combate à fome e insegurança alimentar. Além disso, o aumento do setor privado a partir de Ongs no programa, mostrou que a comunidade solidária possuía um caráter assistencialista (VALENTE, 2003).

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar foi recriado em 2003, porém mantendo características da sua origem, como o caráter consultivo junto ao governo e à sociedade civil (MORAES; MACHADO; MAGALHÃES, 2021). Dessa forma, o CONSEA atuou em diferentes programas, como o Fome Zero, Bolsa Família, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, Alimentação Escolar, dentre outros.

No que concerne às políticas diretamente voltadas ao combate à insegurança alimentar no Brasil, destaca-se a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) instituída em 2006. A criação da LOSAN foi fruto de muitos debates, principalmente no âmbito do CONSEA. A partir da implementação da Lei Orgânica foi criado Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o intuito de garantir o acesso à alimentação de qualidade, partindo dos princípios de equidade e do Direito Humano à Alimentação Adequada- DHAA (OLIVEIRA, 2018).

A partir da III Conferência Nacional de SAN em 2007, o CONSEA passou por mudanças na sua representatividade, aumentando o número de participantes de movimentos sociais e de comunidades tradicionais no conselho, este foi um aspecto positivo para a democracia e o pluralismo representativo dentro dos debates do CONSEA (MOURA, 2009).

Em 2010, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC 064/2010) incluindo a alimentação como direito fundamental dos cidadãos. Assim, em 2011 foi publicado o primeiro Plano de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN (2012-2015), preparado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e CONSEA (GUIMARÃES; SILVA, 2020). No PLANSAN foram definidos desafios e diretrizes para o combate à insegurança alimentar no país.

Em um ciclo virtuoso de realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, o CONSEA contribuiu para a concepção e/ou o aprimoramento de políticas públicas para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Exemplos emblemáticos disso são: a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; os Programas de Convivência com o Semiárido; a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; o Plano Safra da Agricultura Familiar; o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Guia Alimentar da População Brasileira (e o seu caráter orientador de políticas públicas) (CASTRO, 2019, p.2).

Dessa forma, vemos que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar exerceu um papel fundamental na realização e mediações de políticas públicas no combate à fome, pobreza e insegurança alimentar no Brasil. Logo, este percurso de conquistas para a sociedade civil através do CONSEA, contribuiu para a saída do Brasil do Mapa da Fome Mundial no ano de 2014.

Todavia, por meio da *Medida Provisória nº870 (MP 870)* editada pelo presidente Jair Bolsonaro em 2019, foi determinada a extinção do CONSEA, esta decisão gerou impacto em

diversos grupos da sociedade civil. Visto que a extinção do órgão gerou fragilidades nas políticas de combate a insegurança alimentar, conseqüentemente aumentando os indicadores de fome e pobreza no país (CASTRO, 2019).

Cabe destacar, algumas das principais políticas públicas adotadas pelo Brasil que contribuíram para amenização da pobreza e da fome no país, dentre elas destacam-se os programas “Fome zero” e o “Bolsa família”. Estes programas tiveram resultados positivos na atenuação dos níveis de pobreza, sobretudo, na região Norte e Nordeste (MESQUITA, 2014).

Por volta dos anos de 1995 a 2001 o Brasil apresentava um cenário preocupante em relação aos níveis de pobreza e insegurança alimentar, principalmente nas regiões metropolitanas do país (GRAZIANO DA SILVA; BELIK; TAKAGI, 2006). O projeto Fome Zero, idealizado em 2001, surge como uma alternativa de combate à miséria. Diante disto, o programa englobou políticas estruturais (norteadas para aspectos gerais e melhoramento da qualidade de vida da população em vulnerabilidade econômica), políticas específicas (direcionadas para oferta de alimentos, ações emergenciais de acesso a alimentos de qualidade para as pessoas em condições de insegurança alimentar), e por fim políticas locais (implementadas pelos governos a nível local e regional para atender as necessidades de cada região nas questões sobre a fome) (BELIK, 2012).

As principais frentes que atuaram no projeto Fome Zero foram o CONSEA, o Ministério da Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA, além de ONG’s e voluntários que trabalham na luta contra a fome (MELO; PEASE, 2013). Em relação as políticas implementadas pelo Programa Fome Zero, Silva (2006, p.16) destaca:

(...) além do Programa Bolsa-Família, as principais ações específicas que estão sendo implementadas são: ampliação da merenda escolar; distribuição de cestas básicas emergenciais; segurança e qualidade dos alimentos e Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. No que se refere às políticas locais, as principais ações que estão sendo implementadas são: restaurantes populares; bancos de alimentos e agricultura urbana.

Por conseguinte, o Programa Bolsa Família foi uma política assistencial, que estava dentro do pacote de ações implementadas pelo Programa Fome Zero (SILVA, 2006). Nesse sentido, foi implantado “o Programa Bolsa Família para unificar os programas sociais pré-existent: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Auxílio Gás e Cadastramento Único do Governo Federal” (ORTIZ; CAMARGO, 2016, p.6).

Silva (2006) aborda que o Bolsa Família funcionava através da transferência de renda para famílias em vulnerabilidade econômica, o programa passou por algumas mudanças no decorrer dos anos. Entretanto, é fundamental que as famílias estejam com a frequência escolar e o cartão de vacinação dos seus filhos em dia para ser beneficiado⁶. Desde sua instalação o Programa Bolsa Família forneceu assistência para milhares de famílias em situação de pobreza e fome, colaborando para a diminuição da miséria no país. Além disso, o programa teve influência na redução da evasão escolar e do trabalho infantil, e aumento da procura dos cuidados primários de saúde em crianças e jovens (ORTIZ; CAMARGO, 2016).

Nessa lógica, o Bolsa Família pode ser considerada uma das principais políticas públicas no que se refere a diminuição da pobreza no território brasileiro (SILVA, 2006). Atualmente, no ano de 2021 sob governo de Jair Bolsonaro, o Bolsa Família foi extinto, entrando em vigor um novo programa denominado de “Auxílio Brasil”. Sobre a implantação desse novo programa, Maria Emília Lisboa Pacheco, que atuou como Presidenta do CONSEA, afirma que o Auxílio Brasil não substituiu o Bolsa Família, tendo em vista a dimensão e articulação social que o Bolsa Família representou em todos esses anos, como por exemplo, a saída do Brasil do Mapa da Fome Mundial em 2014. O Auxílio Brasil segundo Pacheco, pode ser caracterizado como “cesta de auxílios”, retrocedendo o país para os programas da década de 1990 (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2021).

Em relação aos dias atuais, podemos concluir que há um grande retrocesso no que se refere às políticas públicas de combate à fome no Brasil. Atualmente, mais da metade do país encontra-se em insegurança alimentar, sendo o maior número registrado desde a década de 1990. O desmonte das políticas de Segurança Alimentar e a extinção do CONSEA pelo Presidente Jair Bolsonaro fragilizou o funcionamento das entidades responsáveis pela garantia do direito à alimentação adequada, como o SISAN (CASTRO, 2019). É válido recapitular, que a alimentação é um direito humano fundamental assegurado por lei (EC 064/2010), todavia, no panorama real, a situação é preocupante, mais de 33 milhões de famintos estão privados do acesso à alimentação no Brasil.

⁶ Alguns autores apontam contradições em relação as condicionalidades do programa Bolsa Família, uma vez a exigência de condicionalidades (assiduidade escolar, obrigatoriedade de vacinação, dentre outros) na utilização do benefício do Bolsa Família para alimentação é contrária à lógica da alimentação como um direito humano assegurado por lei.

2.5 Insegurança alimentar no semiárido brasileiro

Como visto no capítulo anterior, o problema da fome esteve presente no semiárido brasileiro desde sua formação territorial. Atualmente, os dados da Rede Penssan (2022), apontam um aumento preocupante da insegurança alimentar no Nordeste do país, mas precisamente onde se localiza grande parte da área territorial do semiárido brasileiro. Tendo em vista isso, podemos nos questionar: O atual contexto de fome e insegurança alimentar no semiárido é proveniente das secas?

Segundo a Sudene (2021),

(...) em termos socioeconômicos, o Semiárido, historicamente, sempre se caracterizou como um espaço com grande concentração de terra, água e meios de comunicação nas mãos de uma pequena elite, uma situação que gera níveis altíssimos de exclusão social e de degradação ambiental, resultando em uma crise socioambiental e econômica. Com relação à divisão das terras propícias à agricultura na região, cerca de 1,5 milhão de famílias agricultoras (28,82% de toda a agricultura familiar brasileira) ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis, ao passo que 1,3% dos estabelecimentos rurais com mais de 1 mil hectares - os latifúndios - detêm 38% das terras do Semiárido (SUDENE, 2021, p.9).

Considerando essa assertiva, avaliamos que a estrutura fundiária do semiárido brasileiro é marcada, principalmente, pelas desigualdades na divisão das terras. A presença dos latifúndios e minifúndios na região semiárida é uma realidade que atinge os agricultores familiares e as comunidades rurais que não possuem terras suficientes para a sua reprodução social, sendo privados ou limitados do acesso à terra e, conseqüentemente, do acesso à água.

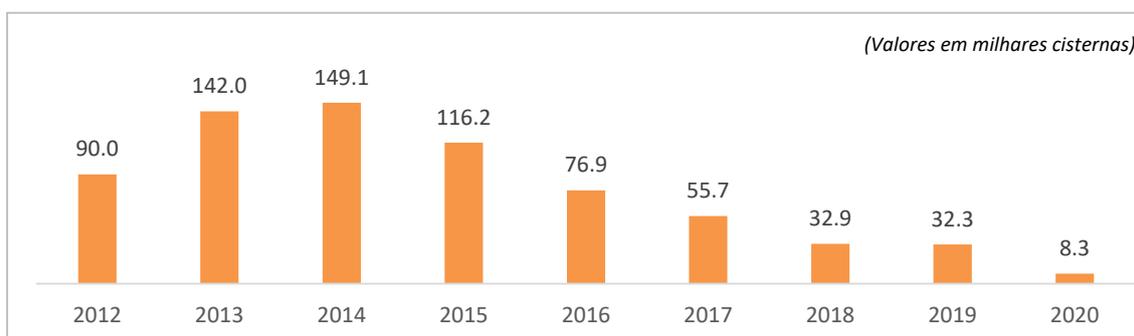
De acordo com Reis (2019), o volume populacional de residentes na zona rural do semiárido torna a agricultura familiar uma ferramenta imprescindível nas estratégias de combate à fome e a miséria. Para que isto ocorra, é necessário repensar formas de implementação da reforma agrária no semiárido, possibilitando que a população em condições de vulnerabilidade socioeconômica consiga através do acesso à terra, a reprodução no território.

O fenômeno das secas nordestinas ocasionou historicamente muitas tragédias, sobretudo, pela escassez hídrica e a falta de alimentos. Uma das estratégias políticas criadas especialmente pelo DNOCS, foi a ideia de combate à seca. No entanto, este paradigma entrou em crise, haja vista as impossibilidades em combater um fenômeno climático, além das frustrações decorrentes das políticas de combate à seca implantadas (SILVA, 2007).

Nesse contexto, surgiu o paradigma da convivência com o semiárido, que por sua vez possui ideais voltados para o desenvolvimento sustentável da região de clima semiárido. Dessa forma, surgiram algumas políticas públicas direcionadas à convivência com a seca, são elas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Seguro-Safra, Programa de Cisternas, subprograma Proágua/Semiárido. Além disso, algumas organizações não governamentais atuam em projetos destinados à convivência com o semiárido, uma das organizações mais conhecidas é a Articulação do Semiárido (ASA), que trabalha com a sociedade civil promovendo projetos de melhoria da qualidade de vida da população sertaneja (SILVA, 2007).

Uma das principais políticas de convivência com o semiárido é o Programa de Cisternas, apoiado pela ASA o projeto ficou conhecido como Programa 1 milhão de Cisternas, exercendo um papel fundamental na criação de reservatórios de água para agricultores familiares e escolas rurais do semiárido. O programa de Cisternas fez parte do pacote de medidas realizadas pelo Programa Fome Zero, implementado durante o governo Lula (ARSKY, 2020).

Gráfico 02: Número de Benefícios Entregues pelo Programa de Cisternas (2012 – 2020)



Fonte: O Globo, 2021.
Organização: Amanda Oliveira, 2022.

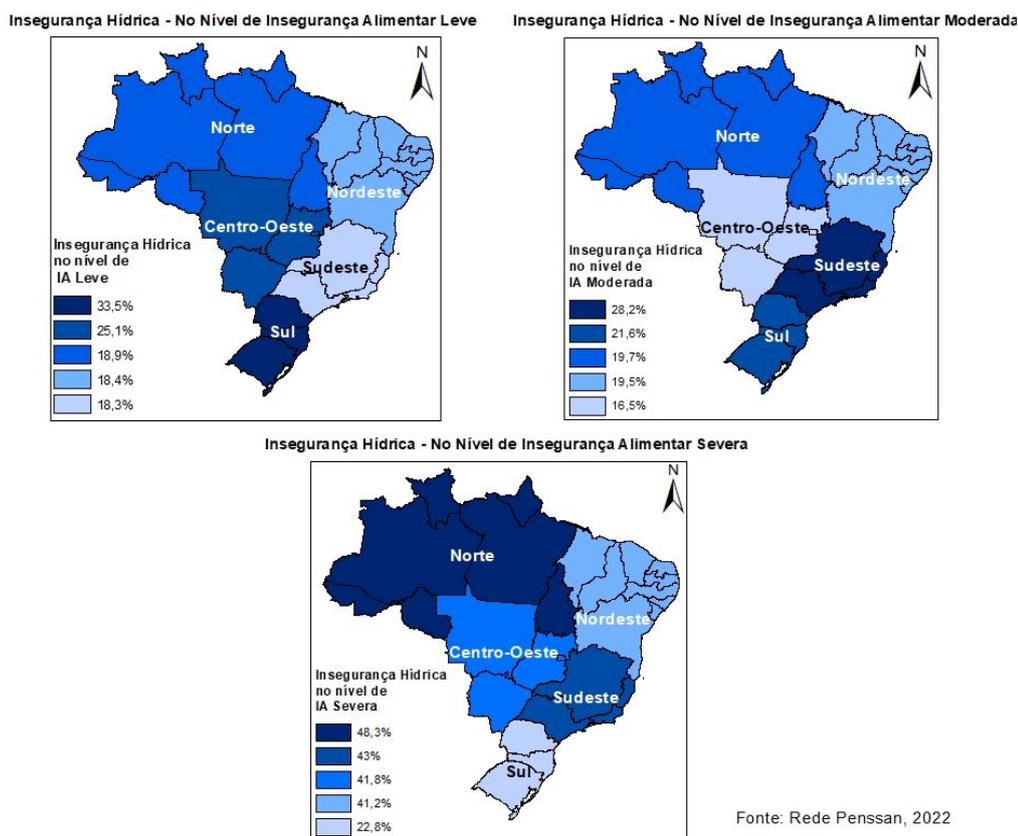
A partir da análise do gráfico 02, vemos a evolução referente aos últimos oito anos dos números de cisternas entregues a população do semiárido brasileiro. Cabe destacar, que desde sua implementação o programa já entregou milhões de cisternas no território do semiárido. Por outro lado, no decorrer dos últimos anos o programa vem diminuindo sua atuação, no ano de 2020 o programa teve o resultado mais baixo desde seu surgimento, foram feitas por volta de 8.300 cisternas, a queda é nítida tendo em vista os dados de 2014.

De acordo com a Articulação do Semiárido (2021), é extremamente lamentável a diminuição do número de beneficiados com o Programa de Cisternas, levando em consideração

o surgimento da Covid-19 no ano de 2020. Logo, o desmantelamento de políticas públicas também é evidente nos programas de convivência com o semiárido, deixando milhares de famílias em listas de espera para construção de reservatórios de água para o abastecimento humano.

É importante salientar que a água é um elemento vital para todos os seres vivos, tal como a alimentação. Segundo dados da Rede Penssan (2022), muitas das famílias que vivem em algum grau de insegurança alimentar, também sofrem de insegurança hídrica. A insegurança alimentar e hídrica, essencialmente na faixa territorial do semiárido brasileiro, é preocupante na medida que muitos agricultores familiares dependem do acesso à água para a prática da agricultura a fim de, conseqüentemente, dispor de acesso aos alimentos (ARSKY, 2020).

Mapa 03: Níveis de Insegurança Alimentar, segundo o grau de Insegurança Hídrica por Macrorregiões Brasileiras 2022 (%)

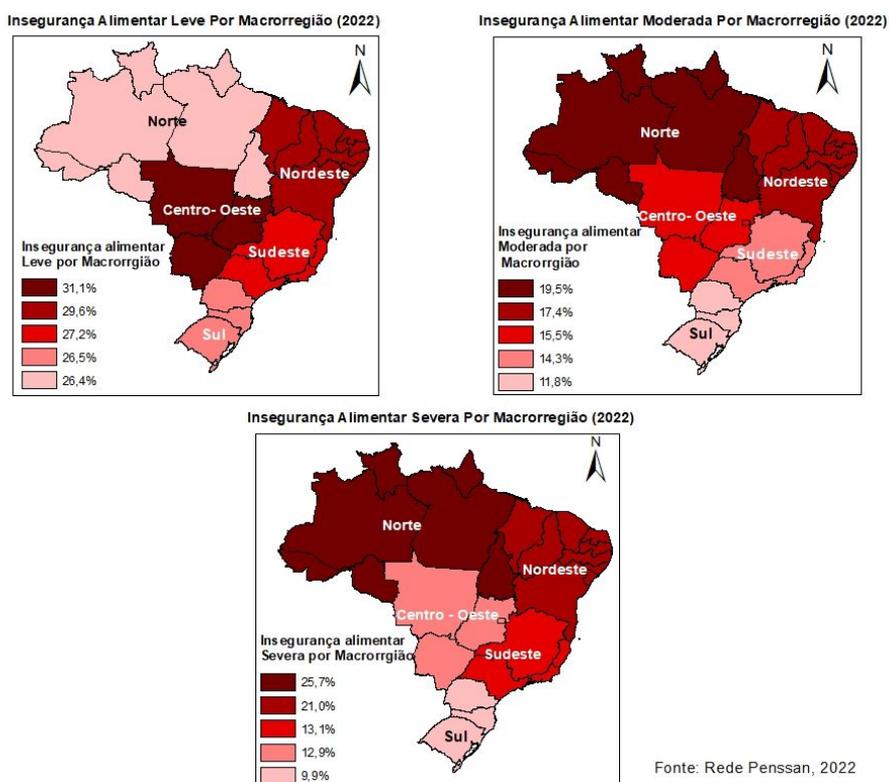


Fonte: Rede Penssan, 2022.
Organização: Amanda Oliveira, 2022.

Como podemos perceber no mapa 03, grande parte da população que não tem acesso à alimentação adequada, também não tem acesso à água. Analisando as macrorregiões que

abrangem o semiárido, vemos que na região Sudeste há 28,2% da população em situação de insegurança alimentar moderada, que também se encontra em insegurança hídrica. Por sua vez, no Nordeste, os dados atingem os 19,5%. Além disso, se tratando de pessoas em estado de fome, o cenário é ainda mais grave, os dados apontam que mais de 40% da população em contexto de insegurança alimentar severa, tanto no Sudeste, quanto no Nordeste sofre pela falta de acesso regular à água.

Mapa 04: Níveis de Insegurança Alimentar por Macrorregião Brasileira 2022 (%)



Fonte: Rede Penssan, 2022.
Organização: Amanda Oliveira, 2022.

Por meio de uma análise mais aprofundada, observamos a distribuição da insegurança alimentar (por níveis) nas macrorregiões brasileiras, cabe enfatizar que a volta da fome está acentuada em todo território nacional. Mas, partindo da premissa da fome no semiárido, destacaremos os dados das regiões Nordeste e Sudeste do país.

Desse modo, em todos os graus de insegurança alimentar (leve, moderada e severa), o Nordeste se destaca com um dos maiores índices na escala Brasil, onde 21% dos habitantes estão em condições extremas de fome. Além disso, o Sudeste que abrange os estados de Minas

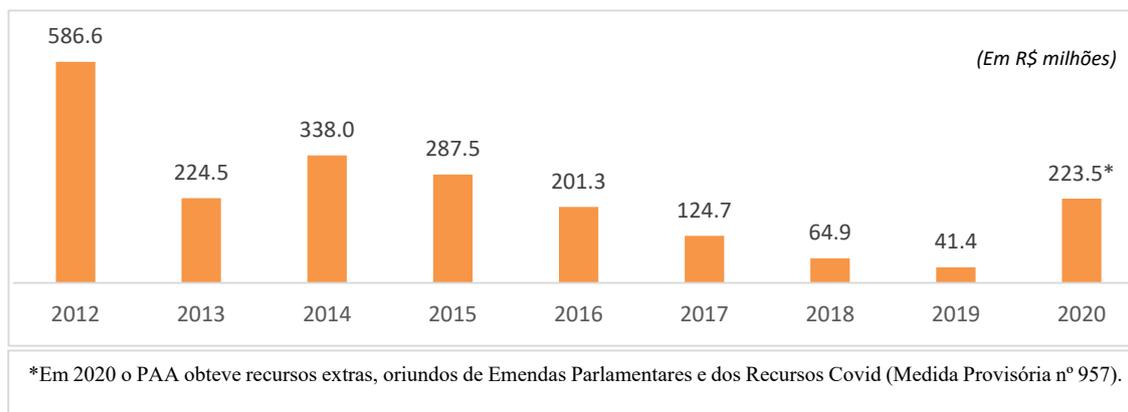
Gerais e Espírito Santo possuindo municípios dentro do faixa territorial que corresponde o semiárido, em níveis de insegurança alimentar severa destaca-se como a terceira região brasileira com maior porcentagem 13,1% de população em situação de fome. Esta análise obtém sentido com a região semiárida, pelo fato dos produtores rurais e agricultores familiares estarem entre os principais atingidos pela fome e incertezas de acesso aos alimentos.

Silva (2007) explica que a convivência com o semiárido não pode acontecer de forma passiva, ou seja, para conviver com o fenômeno da seca é necessário ação, tendo em conta que no semiárido as condições climáticas são desfavoráveis para agricultura e o desenvolvimento regional. Nesse viés, o semiárido precisa de estratégias e soluções evitando que a população residente não conviva com o estado de miséria, fome e desemprego.

Destarte, as políticas públicas podem ser consideradas um artifício essencial para a convivência com o semiárido. Além dos programas diretamente voltados para a convivência com a seca, como as tecnologias sociais de captação de água (cisternas e barragens), outras políticas de âmbitos nacionais são imprescindíveis para diminuição das vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas por muitas famílias no semiárido brasileiro. Nesse contexto, programas sociais como Bolsa Família/Auxílio Brasil, Programa de aquisição de alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) são algumas das políticas importantes para a população sertaneja (PONTES, 2020).

Diante disso, destacamos que o Programa de Aquisição de Alimento, criado em 2003, faz parte de políticas de segurança alimentar e agrícola do país. O objetivo do PAA é apoiar a agricultura familiar e disponibilizar o acesso de alimentos às famílias em insegurança alimentar. Nesse sentido, o PAA funciona a partir da compra de alimentos de agricultores familiares, sem licitação, a partir disso, ocorre a distribuição dos alimentos para entidades que realizam a doação, que serão destinadas à merenda escolar e pessoas em condições de fome e insegurança alimentar.

Gráfico 03: Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA (2012 – 2020)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), 2020.
Organização: Amanda Oliveira, 2022

Com base no gráfico acima, vemos a intensa diminuição nos recursos orçamentários destinados ao PAA nos últimos anos, em 2019 foi o ano que o programa apresentou menos recursos federais. É importante salientar que no ano de 2020 parte do orçamento do PAA foi proveniente de Emendas Parlamentares e de recursos provenientes da pandemia da Covid-19. Com o aumento atual da fome no semiárido, o PAA pode ser avaliado como uma política importante na região, uma vez que fomenta a economia local, beneficiando os agricultores rurais. Entretanto, o atual descaso nas políticas de segurança alimentar contribui para que o quadro de fome e miséria se intensifique no território.

Atualmente, o cenário de miséria e fome presente no semiárido, não possui como causa principal a ocorrência das secas. A presente conjuntura política, evidenciada pelos cortes de recursos nos programas específicos de convivência com o semiárido e nas políticas nacionais de segurança alimentar, já apresentavam fragilidades antes do advento da Covid-19, e vem sendo alguns dos principais agravadores da situação de fome e insegurança alimentar e hídrica no semiárido brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos concluir que a fome não é um problema considerado novo, este fenômeno antecede as sociedades capitalistas. Porém, com o surgimento do capitalismo, a fome ganhou novos contornos na sociedade, caracterizando-se, sobretudo, pela ampliação do problema. Com o aumento das desigualdades sociais, a mercadorização dos alimentos e a estrutura fundiária desigual torna-se cada dia mais difícil superar o problema da fome na sociedade capitalista.

No Brasil, a situação da fome alcançou patamares enormes, cerca de 33,1 milhões de pessoas estão atualmente em estado de fome. Cabe frisar, que no Brasil a base econômica é voltada para o agronegócio, a partir do mercado de *commodities*. Partindo dessa ideia é nítido que o alimento se tornou uma mera mercadoria na sociedade, uma vez que dentro da lógica capitalista, é preferível produzir alimentos para qualquer finalidade visando a obtenção de lucro, ao invés de buscar soluções para o problema da fome.

No que tange à insegurança alimentar do semiárido podemos concluir que, desde o início do processo de formação econômica e territorial, a região semiárida foi marcada pelas desigualdades na distribuição de terras e no acesso à água. Com a estrutura fundiária totalmente desigual e beneficiando poucas pessoas, os latifúndios e minifúndios presentes no semiárido e em todo território brasileiro contrariam milhares de pessoas que almejam ter uma parcela de terra para sua reprodução. Além disso, as dificuldades de acesso à água ainda são uma realidade presente na vida de muitas famílias do semiárido brasileiro, esta insegurança hídrica se relaciona diretamente com a insegurança alimentar, pois as comunidades rurais necessitam de água para o cultivo alimentar.

Cabe recordar, que o histórico sistema político, caracterizado pelo coronelismo, e a implantação do paradigma do combate à seca não foram capazes de beneficiar a população sertaneja em vulnerabilidade socioeconômica. Pelo contrário, as políticas implantadas por órgãos como o DNOCS favoreceram apenas os senhores de terras, deixando a população em condições de pobreza subordinadas aos mesmos. Além disso, o projeto das Frentes de Emergência que tinham como intuito gerar empregos e evitar a evasão dos habitantes do semiárido, simplesmente, atuou de forma desumana, apresentando trabalho análogo à escravidão e condições trabalhistas extremamente precárias.

Com o surgimento do paradigma da convivência com o semiárido, a população residente da região passou ser mais assistida pelas políticas e programas criados, principalmente, por organizações como a rede ASA. Todavia, apesar dos muitos avanços registrados, vemos um grande retrocesso nas políticas de convivência com o semiárido, combate à fome e insegurança alimentar os anos recentes. O atual governo do Presidente Jair Bolsonaro vem atuando nos últimos anos para a redução de recursos destinados aos programas de apoio à agricultura familiar, como PAA, PRONAF, PNAE, Programa de Cisternas, dentre outros.

Nesse sentido, a volta da fome no Brasil e, conseqüentemente, no semiárido, já era preocupante nos anos anteriores à pandemia da Covid-19, porém a insegurança alimentar se agravou após a disseminação do vírus pelo país. No ano de 2022, registra-se que mais da metade da população brasileira se encontra em algum nível de insegurança alimentar, levando o Brasil novamente para a lista de países em situação de fome.

Por fim, podemos refletir sobre a necessidade de um olhar atento para a fome, haja vista que são necessárias medidas urgentes para a diminuição do quadro de insegurança alimentar no país. Para isso, são fundamentais políticas públicas capazes de reverter esse panorama, além de mobilizações e conscientização da sociedade civil na ampliação das discussões e debates sobre a fome e desigualdades sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNICEUB. **Nutrição: saiba como evitar o descontrole alimentar; saiba mais.** 09 de mai de 2021. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.uniceub.br/saude/nutricao-mais-tempo-em-casa-pode-levar-a-descontrole-alimentar-saiba-mais/>> Acesso em: 25 de jun de 2022.

ALTINO, L. **Principal programa de armazenamento de água no Nordeste sofre cortes do governo federal e atinge seu pior resultado em 2021.** O Globo Brasil. 06 de dez de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/principal-programa-de-armazenamento-de-agua-no-nordeste-sofre-cortes-do-governo-federal-atinge-seu-pior-resultado-em-2021-25307374>> Acesso em: 26 de jun de 2022.

ALVES, Joaquim. **História das secas: séculos XVII a XIX.** Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Mossoró: ESAM, 1982. (Coleção Mossoroense, v.225).

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2 ed. 135p, 2004.

ARSKY, I. C. **Os efeitos do Programa Cisternas no acesso à água no semiárido.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2020. v. 55, p. 408–432.

ASSIS, R. R.Q. **Um Exercício entre História e Imagem: A seca e as frentes de emergência em monte Horebe-Pb na década de 1970.** Revista de História Bilros, Fortaleza, v. 6, n. 12, p. 57-72, maio - ago., 2018.

BELIK, W. **A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados.** Segurança Alimentar e Nutricional, v. 19, n. 2. 2012. p. 94 – 110.

BRASIL. **Lei nº 11.346,** de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.

CAMPOS, J. N. B. **Secas e políticas públicas no semiárido: Ideias, pensadores e períodos.** Estudos Avancados, 2014. v. 28, n. 82, p. 65–88.

CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções.** In: INTER-AMERICAN DIALOGUE ON WATER MANAGEMENT, 4., 2001, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001.

CARVALHO, C. P. **Formação histórica de Alagoas.** 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

CASTRO, I. R. R. DE. **A extinção do conselho nacional de segurança alimentar e nutricional e a agenda de alimentação e nutrição.** Cadernos de Saúde Pública, 2019. v. 35, n. 2, p. 1-4.

CASTRO, J. **Geografia da fome.** Editora o Cruzeiro, v.2, 1984, 361p.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2020.** Brasília, DF: Conab, 2021. 23 p. (Compêndio de Estudos Conab, v. 30). Responsável técnico: VIEGAS, Gustavo Lund.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017, 269p.

FERREIRA, V. A., Magalhães, R. **Obesidade no Brasil: tendências atuais.** Revista Portuguesa de Saúde Pública, 24(2), 2006, 71–82.

FREITAS, M. Do C. S.; PENA, P. G. L. **Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil.** Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, 2020. v. 8, n. 1, p. 34–40.

FRITZ, K. B., NASCIMENTO, A. T., FILHO, L. F. **A Dimensão da Fome: uma abordagem a partir dos intitulamentos.** In: ZAMBAM, N. J.; KAMPHORST, M. A. Estudos sobre Amartya Sen, Volume 2: Justiça, Liberdade e Desenvolvimento. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. p. 111-132.

JESUS, A. S. S. OMMATI, J. E. M. **Segurança alimentar e revolução verde:** questionamentos atuais acerca da luta contra a fome no plano internacional. Revista do Direito Público, Londrina, v. 12, n. 3, p.191-215, dez. 2017.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BELIK, W.; TAKAGI, M. **Os Desafios de uma política de Segurança Alimentar no Brasil.** En publicacion: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. CIMADAMORE, A.; HARTLEY, D.; SIQUIERA, J. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006, p.151-170.

GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. **Fome Zero Política pública e cidadania.** In: Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil / Marlene da Rocha. – 1. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 41-61.

GUIMARÃES, L. M. B.; SILVA, S. J. **I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersectorial.** Serviço Social & Sociedade, 2020. n. 137, p. 74-94.

HARVEY, D. 1935. **Os limites do capital/** David Harvey; tradução de Magda Lopes – [1. ed] – São Paulo: Boitempo, 2013.

HOYOS, C. J. C.; AUGUSTINI, A. D'. **Segurança Alimentar e Soberania Alimentar:** convergências e divergências. In: Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 20, n. 35, p. 174-198, 2017.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. p. 110.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** síntese de indicadores 2013 / IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares:** 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 59 p.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, v: 7, ed., 2012.

LENCIONI, S. **A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia.** A Falência das Políticas de Desenvolvimento Regional. Revista Do Departamento De Geografia, 6, 2011, p.83-89.

LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. **Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21.** Parcerias Estratégicas, vol. 23, p. 191–212, 2018.

LIMA, L. G.; SOUSA, R. B. de; SANTOS, F. dos. **Mundialização do Capital, Imperialismo e Fome: o Trágico Negócio Global com Alimentos.** Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXXII, n. 1. 2021. p.188-207.

LIMA, L. G. **Covid-19 E Ampliação Da Fome: Uma Crítica Ao Sistema Alimentar Global Sob a Mundialização Do Capital.** PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, 2020. v. 21, n. 2, p. 333–358.

LIMA, L. G. **Capital Mundializado e a Geopolítica Dos Alimentos: Uma Análise Das Contradições Da Oferta De Sementes.** Anais eletrônicos, Encontro Nacional de Geógrafxs – UFPB, João Pessoa- PB. 2018, p.1-12.

LOUZADA, M. L. C; COSTA, C. S.; SOUZA, T. N.; CRUZ, G. L.; LEVY, R. B.; MONTEIRO, C.A. **Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo.** Cadernos de Saúde Pública, 2021. v. 37, p. 1–48.

MALUF, R. S; MENEZES, F; VALENTE, F. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil.** Revista Cadernos de Debate - UNICAMP, 1996. v. IV, p. 23.

MALVEZZI, R. **Semi-árido - uma visão holística.** – Brasília: Confea, 2007, 140p.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTOS, L. C.; MATTOS, J. L. S.; BLACKBURN, R.; SANTIAGO, F. S.; MENEZES NETO, J. B. **A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, vol. 55. 2020, p. 556–580.

MAZUR, C. E.; NAVARRO, F. **Insegurança Alimentar E Obesidade Em Adultos: Qual a Relação?.** Saúde (Santa Maria), v. 41, n. 2. 2015, p. 35-44.

MCMICHAEL, P. **Regime alimentares e questões agrárias.** São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora da UFRGS, 2016.

MEDERO, C. **Maior programa para armazenar água no sertão tem queda de 94% em seis anos.** Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA. 04 de fev de 2021. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=11119> Acesso em: 25 de jun de 2022.

MELO, L. V.; PAESE, C. R. **O Combate a Fome no Brasil: uma análise da implantação do Programa Fome Zero em 2003 e 2004.** Revista de Políticas Públicas. v.17, n.1. 2013, p.149-159.

MESQUITA, C. S. **Contradições do processo de implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Bolsa Família 2003 – 2006.** Revista Do Serviço Público, 57(4). 2014, p. 465–487.

MONTEIRO, C. A. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil.** Estudos Avançados, 17(48). 2003, p.7–20.

MORAES, A. C. R.. **Território e história no Brasil.** São Paulo, Hucitec; AnnaBlume. 3ed, 2002.

MORAES, V. D. DE; MACHADO, C. V.; MAGALHÃES, R. **O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016).** Ciência e Saúde Coletiva, 2021. v. 26, n. 12, p. 6175–6188.

MOURA, J. T.V. de. **Sociedade Civil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).** [s.d.]. n. 8. 2009. p. 87–109.

NASCIMENTO, R. C. **A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras.** Revista IDEAS - Interface em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2009. v. 3, n. 2, p. 197–225.

OLIVEIRA, A. R. De. **A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) 2006: relatos, fatos históricos e processo de elaboração.** Tempus, actas de saúde colet, Brasília, 2018. v. 11, n. 4, p.59–75.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, Labur Edições, 2007.

ORTIZ, L. R. A.; CAMARGO, R. A. L. **Breve Histórico e Dados para Análise do Programa Bolsa Família.** Anais Eletrônicos - II SIPPEDES, 2016. p.1-10.

PONTES, S. H. **Análise de Política Pública de Segurança Alimentar, Programa Fome Zero, No Contexto da Seca no Semiárido Brasileiro.** Tese (Doutorado em Recursos Naturais) -Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2020, p.93.

REIS, J. N. P. **A insustentável distribuição da terra no semiárido brasileiro.** Caderno de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista/BA, vol. 16, nº 27, ano 16. 2019, p. 21-38.

RIBEIRO. EDDA. **Herdeiros do “podrão”, negócios de fast food crescem nas periferias.** Joio e o Trigo: jornalismo investigativo sobre alimentação. Saúde e poder. 04 de mar de 2021. Disponível em: < <https://ojoioetrigo.com.br/2021/03/herdeiros-do-podrao-negocios-de-fast-food-crescem-nas-periferias/>> Acesso em: 25, jun de 2022.

RIBEIRO, L. A. O., JUNIOR, I. F. Q., ARAÚJO, M. P., MACIEL, L. T. R., COÊLHO, M. D. G. **Panorama sobre o uso de agrotóxicos no Brasil (2009-2019): Riscos, benefícios e alternativas.** Revista Brasileira de Meio Ambiente, 2022, v.10, n.2, p.189-203.

SANTOS, J. V. **“Auxílio Brasil extingue o Bolsa Família. Brasil troca rede de proteção social por cesta de ‘auxílios’ e ‘bônus’”. Entrevista especial com Maria Emília Pacheco.** Instituto Humanitas Unisinos. 25 de nov de 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/614743-auxilio-brasil-extingue-o->

bolsa-familia-brasil-troca-rede-de-protecao-social-por-cesta-de-auxilios-e-bonus-entrevista-especial-com-maria-emilia-pacheco> Acesso em: 14 de jun 2022.

SILVA, R. M. A. Da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática.** Revista Econômica do Nordeste, 2007. v. 38, p. 466–485.

SILVA, R. R. da. **Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil.** Textos & Contextos (Porto Alegre), 2006, v. 5, n. 1. p. 1-19.

SILVA, J. L.; SÁ, A. J. **a Fome No Brasil: Do Período Colonial Até 1940.** Revista de Geografia (Recife), 2009. v. 23, n. 3, p. 43–53.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil.** Editôra Brasiliense. São Paulo. 1963.

SOUTO, W. L. **A Mulher Cubatiense Frente ao Programa de Frentes Produtivas de Emergências entre as Décadas de 1980-1990.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, 2017, 49p.

STACCIARINI, J. H. R. **A fome e a globalização x a globalização da fome.** Boletim Goiano de Geografia, v:16. 1996, p. 41 – 51.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Delimitação do Semiárido – 2021.** Relatório Final. Recife, 2021, 272p. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiaridorelatorionv.pdf>>.

TERRA. **Redes de franquias fast-food crescem 575% com unidades nas periferias.** 06 de out de 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/redes-de-franquias-fast-food-crescem-575-com-unidades-nas-periferias,ef71fbdc63486b6f764bf84c38e930f94nsyla8.html>>. Acesso em: 25 de jun de 2022.

TORRES, R. L. et al. **Evolução institucional da Sudene: gênese, extinção e recriação.** Revista Política e Planejamento Regional, 2019. v. 6, n. 2, p. 164–183. Disponível em: <<http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Evolucao-institucional-da-Sudene-genese-extincao-e-recriacao.pdf>>.

VALENTE, F. L. S. **A política de Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil de 1995 a 2002**. Brasília, 2003.

VASCONCELOS, F. A. G de. **‘Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves’**. História, Ciência e Saúde – Maguinhos, vol. VIII(2), 2001, p.315 – 339.

VASCONCELOS, F. de A. G. de: **‘Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida’**. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 11(2), 2004, p. 259-77.